



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA
, INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO
ESTADO DO PARANÁ (2002-2018)**

STANLEY DURELIAN

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS - ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO
ESTADO DO PARANÁ (2002-2018)**

STANLEY DURELIAN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador:
Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Foz do Iguaçu
2022

STANLEY DURELIAN

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO
ESTADO DO PARANÁ (2002-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista De Oliveira
UNILA

Prof. Dr. Amilton José Moretto
UNILA

Prof. Dra. Virginia Laura Fernandez
UNILA

Foz do Iguaçu, 16 de dezembro de 2022

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Stanley Durelian

Curso: Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento

Tipo de Documento

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> graduação | <input type="checkbox"/> artigo |
| <input type="checkbox"/> especialização | <input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso |
| <input type="checkbox"/> mestrado | <input type="checkbox"/> monografia |
| <input type="checkbox"/> doutorado | <input type="checkbox"/> dissertação |
| | <input type="checkbox"/> tese |
| | <input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais |
| | <input type="checkbox"/> |

Título do trabalho acadêmico: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DO PARANÁ (2002-2018)

Nome do orientador(a): Gilson Batista de Oliveira

Data da Defesa: 16/12/2022

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra gratuitamente e de acordo com a licença pública [Creative Commons Licença 3.0 Unported](#).

Assinatura do Responsável

“A verdadeira dificuldade não está em aceitar ideias novas, mas escapar das antigas.”

John Maynard Keynes

AGRADECIMENTOS

Confesso que esse espaço do trabalho é o mais emocionante, mas farei o possível para conter essa emoção.

Primeiramente, agradeço a Deus pela minha vida e pela minha saúde, a benção de Deus sempre me acompanhou durante toda a minha trajetória e não foi diferente durante os últimos quatro anos.

Um agradecimento em especial a minha querida mãe Edith Joseph que cuidou de mim e dos meus estudos desde a minha existência, nos momentos mais difíceis da minha vida ela sempre esteve presente e sempre se mostrou uma mãe exemplar. Permita-me abrir esse parêntese para te dizer (Mãe, eu te amo).

Agradeço a minha querida Esposa Rizia Neves Santana que sempre esteve ao meu lado durante toda a minha vida desde que a gente se conheceu, em especial durante esses quatro anos. Abandonou parte dos seus objetivos para me ajudar a conquistar os meus, ela que me incentivou nos momentos mais difíceis e compreendeu a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho. Permita-me abrir esse parêntese para te dizer: (Amor, eu te amo).

A UNILA por ter me proporcionado uma bolsa de estudo, parabênizo a instituição pelo belo projeto de integração que além de abrir oportunidade para os brasileiros também oferece essas mesmas oportunidades aos irmãos latino-americanos e imigrantes. Ao meu Orientador o professor Gilson Batista de Oliveira pelo apoio incondicional na realização deste trabalho e pelos sábios conselhos sempre que o procurei para conversar, a professora Geisiane Michelle Zanchetta de Pintor que me orientou no início desse trabalho e sempre esteve disponível para eventuais dúvidas.

Aos meus companheiros do curso de Ciências Econômicas, em especial aos colegas Valery Rameau e a Fabiana Winck por terem compartilhado comigo momentos de alegria e de estresse, momentos que fazem parte da vida de todo estudante. E não menos importante, um agradecimento a todos os meus professores e abraços especiais aos professores Jocenilson Ribeiro dos Santos, Henrique Coelho Kawamura e Marcela Nogueira Ferrário.

RESUMO

Indicadores socioeconômicos são como um termômetro da economia e são essenciais para avaliar a realidade econômica. Eles também possibilitam a formulação de políticas públicas pelos agentes públicos. Objetivo deste trabalho é analisar a evolução dos indicadores econômicos do Estado do Paraná no período de 2002 a 2018. Com esse propósito, foi feita uma forte exposição dos indicadores escolhidos por meio de tabelas e gráficos. Ademais, devido às discussões que existem em torno do conceito de desenvolvimento, foi debatido inicialmente a diferença entre a teoria do crescimento e do desenvolvimento, ressaltando que o desenvolvimento é entendido como melhora na qualidade de vida dos indivíduos. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica e documental. Os resultados obtidos nos permitiram observar que indicadores como IDHM, IPDM e PIB do Estado apresentam constantes crescimentos, contudo, a perspectiva de melhora do Índice de Gini é incerta.

Palavras-chave: Indicadores Socioeconômicos. Desenvolvimento. Crescimento. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Socioeconomic indicators are like an economy thermometer and are essential to assess the economic reality. They also make it possible for public agents to formulate public policies. The objective of this work is to analyze the evolution of the economic indicators of the State of Paraná in the period from 2002 to 2018. For this purpose, a strong exposition of the chosen indicators was made through tables and graphs. Furthermore, due to the discussions that exist around the concept of development, the difference between the theory of growth and development was initially debated, emphasizing that development is understood as an improvement in the quality of life of individuals. The research was carried out through a bibliographical and documentary review. The results obtained allowed us to observe that indicators such as IDHM, IPDM and the State's GDP present constant growth, however, the perspective of improvement of the Gini Index is uncertain.

Keywords: Socioeconomic Indicators. Economic Development. Economic Growth. Public Policies.

RESUMEN

Los indicadores socioeconómicos son como un termómetro económico y son esenciales para evaluar la realidad económica. También posibilitan que los agentes públicos formulen políticas públicas. El objetivo de este trabajo es analizar la evolución de los indicadores económicos en Paraná en el período de 2002 a 2018. Para ello, se realizó una fuerte exposición de los indicadores elegidos a través de tablas y gráficos. Además, debido a las discusiones que existen en torno al concepto de desarrollo, inicialmente se debatió la diferencia entre la teoría del crecimiento y el desarrollo, enfatizando que el desarrollo se entiende como una mejora en la calidad de vida de los individuos. La investigación se llevó a cabo a través de una revisión bibliográfica y documental. Los resultados obtenidos permitieron observar que indicadores como el IDHM, el IPDM y el PIB del Estado presentan un crecimiento constante, sin embargo, la perspectiva de mejora del Índice Gini es incierta.

Palabras clave: Indicadores socioeconómicos. Desarrollo económico. Crecimiento económico. Políticas públicas.

RÉSUMÉ

Les indicateurs socio-économiques sont comme un thermomètre économique et sont essentiels pour évaluer la réalité économique. Ils permettent également aux agents publics de formuler des politiques publiques. L'objectif de ce travail est d'analyser l'évolution des indicateurs économiques au Paraná de 2002 à 2018. A cet effet, une forte exposition des indicateurs choisis a été faite à travers des tableaux et des graphiques. De plus, en raison des discussions qui existent autour du concept de développement, la différence entre la théorie de la croissance et le développement a été initialement débattue, soulignant que le développement est compris comme une amélioration de la qualité de vie des individus. La recherche a été menée à travers une revue bibliographique et documentaire. Les résultats obtenus nous ont permis de constater que des indicateurs tels que l'IDHM, l'IPDM et le PIB de l'Etat présentent une croissance constante, cependant, la perspective d'amélioration de l'Indice de Gini est incertaine.

Mots-clés: Indicateurs socio-économiques. Développement économique. Croissance économique. Politiques Publiques.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de Gini da renda domiciliar <i>per-capita</i> (paraná).....	52
Gráfico 2 - IDHM Paraná (2013-2018	55
Gráfico 3 - IPDM renda, emprego, e agropecuária 2010-2018	56
Gráfico 4 - Número de municípios segundo extratos de desempenho, Paraná (2014 -2018)	58
Gráfico 5 - PIB a preços correntes (2002-2018	59
Gráfico 6 - Crescimento percentual do PIB a preço corrente (Paraná)	60
Gráfico 7 - PIB <i>per-capita</i> do Paraná de 2002 a 2018	62
Gráfico 8 - PIB <i>per-capita</i> a preço corrente (regiões intermediárias).....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - IDHM nacional 2010	47
Tabela 2 - IDHM (renda, educação, longevidade) e índice geral	48
Tabela 3 - Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, em todos os trabalhos, a preços médios do ano.....	51
Tabela 4 - Índice Iparde de Desenvolvimento Municipal (Educação) de (2011-2018).....	57
Tabela 5 - Índice Iparde de Desenvolvimento Municipal (Saúde) de (2011-2018).....	57
Tabela 6 - Atividade econômica do Paraná. (2018)	59
Tabela 7 - Produto Interno Bruto a Preços Correntes e Variação Real (2014-2018).....	61
Tabela 8 - PIB a preço corrente (destacado em azul) medido em Milhão e População estimada destacada entre parêntese.....	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Curva de Lorenz	35
Figura 2 - Concentração Máxima.	35
Figura 3 – Sistemas regionais integradas ambientais	46
Figura 4 - Escala IDHM.	48
Figura 5 - Escala IPDM	54
Figura 6 - Índice geral do IPDM no Paraná em 2013	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BRDE: Banco Regional de Desenvolvimento Do Extremo Sul
- CEPAL: Comissão Econômica para a América e o Caribe
- CODEPAR: Companhia de Desenvolvimento do Paraná
- COPEL: Companhia Paranaense de Eletricidade
- EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EOB: Excedente Operacional Bruto
- FDE: Fundo de Desenvolvimento Estadual
- FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
- IAP: Instituto Ambiental do Paraná
- IBAMA: Instituto Brasileira do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE: Instituto Brasileira de Geografia Estatística
- ICT: indústria, comércio e tecnologia
- ITCMD: Imposto sobre Transmissão Causas Mortis e Doações
- IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IPDM: Índice Iparades de Desempenho Municipal
- IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- PADs: Países Atualmente Desenvolvidos
- PIB: Produto Interno Bruto
- PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNL: Produto Nacional Líquido
- SEMA: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- UEM: Universidade Estadual de Maringá
- UFPR: Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	19
2.1 DESENVOLVIMENTO VS CRESCIMENTO.....	20
2.2 NOVAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA LITERATURA ECONÔMICA	25
2.2.1 Novo desenvolvimentismo.....	25
2.2.2 Estratégia neoliberal	27
2.2.3 Social desenvolvimentismo.....	28
2.2.4 Neo-estruturalismo cepalino	30
3 METODOLOGIA.....	32
3.1 INDICADORES E COMO INTERPRETÁ-LOS.....	33
3.1.1 IDHM	33
3.1.2 Índice de Gini	34
3.1.3 IPDM	36
3.1.4 Pib <i>per-capita</i>	37
4. DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO, E REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICO DO PARANÁ A PARTIR DA DÉCADA DE 60	39
4.1 ANOS 60 E A RACIONALIZAÇÃO DO CAFÉ	40
4.2. A SOJA E A MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA 1970 e 1980	41
4.3. REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DA DÉCADA DE 1990 E O PERÍODO ATUAL	43
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	47
5.1. IDHM (PARANÁ E REGIÕES INTERMEDIÁRIAS)	47
5.1.1 IDHM (Renda, Educação, Longevidade.....	48

5.2 ÍNDICE DE GINI DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DE CADA REGIÃO INTERMEDIÁRIA	51
5.3 ÍNDICE IPARDES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IPDM).....	53
5.4 PIB <i>PER-CAPITA</i>	59
5.4.1 Pib <i>per-capita</i> das regiões intermediárias do Paraná	62
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67

1. INTRODUÇÃO

O Paraná é um Estado da república federativa do Brasil, 15º em extensão territorial com uma área de 199.298,981 km² e uma população estimada em 11.597.484 de habitantes segundo as estimativas do IBGE (2021) respondendo por cerca de 5% da população nacional. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a economia do Estado tem um forte perfil agroindustrial como a produção de soja, trigo, milho, na área de óleos vegetais, na produção de bens de consumo não duráveis como madeira, papel e celulose, petroquímicos, bem como bens duráveis como por exemplo equipamentos e máquinas pesadas, automóveis e até bens de capitais.

Ainda de acordo com o IPARDES (2018), no setor de exportação o Estado vem se destacando entre os maiores exportadores de carnes e soja do país, ficando entre os dez principais. Com 399 municípios, a estrutura da atividade econômica se divide em três setores (Agropecuária, Indústria e Bens e Serviços), boa parte dessa estrutura se encontra entre a área da região metropolitana de Curitiba e os municípios de médio e pequeno porte. Tal estrutura colaborou para o Paraná tornar-se a quarta maior economia do Brasil levando em conta dados do IBGE (2020).

Os indicadores socioeconômicos são números estatísticos usados para auferir o grau de desempenho econômico de uma determinada localidade, e portanto, permitem que um país possa entender em qual situação econômica se encontra e quais medidas tomar para eventuais melhorias.

O objetivo principal deste trabalho é realizar uma análise comparativa entres os principais indicadores socioeconômicos (IDHM, IPDM, Índice de Gini, e PIB *per-capita*) no Estado do Paraná e nas seis regiões intermediárias no período de 2002 a 2018. Devido a indisponibilidade de dados atualizados, não necessariamente os indicadores estudados estão inseridos nesse mesmo período. Levantamos também algumas hipóteses que merecem ser levadas em consideração pelas autoridades governamentais como: a) aumento da concentração de renda no Estado ano após ano e b) queda no ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per-capita* nas regiões intermediárias do Estado.

Neste trabalho foi realizado também um histórico da construção econômica do Paraná, foi mostrado como iniciou a formação dos ciclos econômicos do Estado e qual foi o papel do governo estadual nesse processo.

A metodologia de estatística descritiva aplicada neste trabalho nos permite aferir os dados sob a combinação de dois aspectos: quantitativo e qualitativo. Os dados quantitativos respondem ao objetivo geral do trabalho permitindo assim a apresentação dos dados por meio de tabelas, gráficos e figuras, enquanto os dados qualitativos nos permitem analisar e interpretar os dados por período e região. Este tema foi escolhido pela sua relevância na sociedade, pois a vida social e econômica dos indivíduos são movidas por questões econômicas, bem como os indicadores socioeconômicos possuem uma importância social pois nos permitem compreender como está a economia como um todo, e é importante que entendamos como estes evoluem, pois isso interfere no bom ou mau funcionamento da sociedade.

Escolhemos o Estado do Paraná, primeiramente, porque é o Estado no qual este autor reside, e a justificativa mais relevante é porque o Estado do Paraná vem disputando o quarto lugar de maior economia do país com o Estado do Rio Grande do Sul. Diante disso, entende-se que seria importante compreender como a economia paranaense se comportou para assumir esta posição. Foi escolhido o período de 2002 a 2018 porque as fontes de dados como IPDM, por exemplo, têm início a partir do ano de 2002, e foi delimitado o ano de 2018, pois foi o último ano antes dos efeitos da pandemia da Covid-19 nas exportações paranaenses. Sabe-se que o vírus começou a circular no território nacional em 2020, porém desde do final de 2019 estava sendo registrado caso de bloqueio na China, como o Estado do Paraná exporta muito e não queríamos ter nenhuma interferência externa, não foi incluído o ano de 2019.

A estrutura deste trabalho é dividida em 6 seções, estão apresentadas da seguinte forma: na primeira seção é abordada a introdução na qual é apresentada o objetivo do trabalho, o porquê da escolha do tema e uma abordagem breve de como são apresentados e tratados os dados; na segunda seção abordamos a discussão sobre a diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico por meio do referencial teórico. Na terceira foi abordada a metodologia aplicada neste trabalho evidenciando quais indicadores serão abordados e como interpretá-los. Na quarta seção é feita uma análise histórica da economia paranaense, evidenciando os períodos mais marcantes. Na quinta, abordamos e analisamos os resultados dos dados obtidos, na sexta, são realizadas as considerações finais do trabalho e, por fim, as referências.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nessa seção, será feita uma distinção do que na economia são chamados de crescimento econômico e de desenvolvimento econômico. A teoria do crescimento econômico é caracterizada por questões quantitativas, ou seja, o crescimento da produção, dos bens de consumo e serviços. De acordo com Figueiredo et al. O crescimento econômico é:

Aumento a longo prazo de sua capacidade de oferecer à população bens econômicos cada vez mais diversificados, baseando-se esta capacidade crescente numa tecnologia avançada e nos ajustamentos institucionais e ideológicos que esta exige. (FIGUEIREDO ET AL, 2005, p.18).

Desta forma, pode-se afirmar que o crescimento econômico é caracterizado pelo aumento do PIB (Produto Interno Bruto).

Já o desenvolvimento econômico é caracterizado por questões qualitativas, ou seja, está diretamente vinculado a melhoria na qualidade de vida das pessoas, de acordo com França (2012), o desenvolvimento é interpretado como o crescimento econômico continuado que resulta numa alteração nas estruturas econômicas, como o crescimento da renda, e na melhoria dos indicadores de bem-estar social (emprego, educação, alimentação, transporte).

Levando em conta as afirmações dos autores citados acima, podemos concluir que o desenvolvimento econômico se resulta em decorrência do crescimento econômico. Neste trabalho, detalharemos essas duas teorias sob diferentes visões, na qual falaremos de teoria de crescimento e de desenvolvimento econômico.

Em especial abordaremos autores como Whitman Rostow e Ha Joon Chang, no caso do Rostow é pelo fato de que ele representa um marco nos estudos quando se trata de teoria de desenvolvimento e também porque este abordou uma ideia alternativa a da teoria Marxista. Ademais, abordaremos o Chang é pelo fato de que este autor apresentou uma proposta contrária ao dos autores neoclássicos e propõe um papel maior do Estado na economia.

2.1 DESENVOLVIMENTO VS CRESCIMENTO

O debate sobre desenvolvimento e crescimento na visão de diversos autores representa uma controvérsia e amplamente discutida nas últimas décadas, a projeção na qual o desenvolvimento se dá a partir do crescimento econômico (acumulação de capital e incrementos positivos do produto) recebeu crítica de Schumpeter (1961). Ele reagiu, ao defender que a vida econômica de um povo não está totalmente ligada às condições econômicas precedentes, mas também, com a inclusão dos enfoques vividos pela sociedade como todo.

Durante as décadas de 1950 e 1960 as teorias de desenvolvimento apresentadas geraram muitas polêmicas, dentre elas a Rostowiana. Rostow (1961) deixou o último capítulo do livro para fazer uma comparação entre as suas etapas de desenvolvimento que ele apresentou, com o sistema marxista.

Rostow (1961) explica o conceito de desenvolvimento como uma teoria dinâmica, realizada através de etapas, até que uma sociedade possa usufruir de forma plena o desenvolvimento econômico. Ainda segundo Rostow (1961) existem cinco etapas para se alcançar o desenvolvimento econômico: a sociedade tradicional; as pré-condições para o arranco ou decolagem; o arranco; a marcha para a maturidade; e por fim, a era do consumo em massa.

De forma sucinta, Rostow define a primeira etapa como uma etapa que é caracterizada por uma produção muito limitada, apenas a subsistência. Desta forma a sociedade tradicional “é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia pré-newtonianas, assim como em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico” (ROSTOW, 1961, p.15)

A segunda etapa segundo Rostow (1961) é o período na qual as pré-condições para o arranco já se estabelecem, ou seja, é o período em que a sociedade passa por um processo de transição, um grande exemplo foi o caso da Grã-Bretanha, por causa da sua posição geográfica e pelos seus recursos naturais, e sobretudo, pelo seu potencial comercial. De acordo com Rostow (1961) é nessa etapa que começam a surgir bancos e outras instituições destinadas à mobilização de capital.

O autor, porém, ressalta que nem sempre essas pré-condições surgiram de forma endógena, ou seja, o caso da Grã-Bretanha não foi por iniciativa interna da própria sociedade e sim por uma força externa.

O caso mais geral da História moderna, entretanto, viu a fase das pré-condições surgir não endogenamente, mas provindo de uma intromissão

externa por sociedades mais adiantadas. Essas invasões — literais ou figuradas — abalaram a sociedade tradicional e iniciaram ou aceleraram seu desmoronamento; elas, porém, igualmente puseram em movimento ideias e sentimentos que originaram o processo graças ao qual uma alternativa moderna para a sociedade tradicional pôde ser construída a partir da antiga cultura (ROSTOW, 1961, p.18)

A terceira etapa “o arranco” é a fase na qual não há mais resistências em relação ao desenvolvimento. De acordo com Rostow (1961) é a etapa onde já foram superados os limites da sociedade tradicional. Nessa fase, a agricultura está cada vez mais mecanizada, cada vez mais investimento de capital na produção, e um fortalecimento do poder político e das instituições consideradas base da sociedade moderna.

Rostow (1961) elenca a combinação de três condições para o arranco, em primeiro lugar, deve haver um aumento na taxa de investimento produtivo de 5% para 10% da Renda Nacional ou do Produto Nacional Líquido (PNL). Segundo, deve haver o desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros, com alta taxa de crescimento (progresso tecnológico). E por fim, uma estrutura política social que possa aproveitar a explosão das economias externas e atrair novos investimentos, e com isso consolida um processo contínua de crescimento econômico

O fator mais importante para alcançar essa terceira etapa do desenvolvimento econômico, ainda de acordo com Rostow (1961) é o progresso técnico:

Na Grã-Bretanha, bem como nas partes bem dotadas do mundo povoado principalmente por ela (Estados Unidos, Canadá, etc.), o incentivo próximo para o arranco foi principalmente (mas não inteiramente) tecnológico. No caso mais geral, o arranco aguardou não só a acumulação de capital social fixo e um surto de evolução tecnológica da indústria e da agricultura, mas também o acesso ao poder político de um grupo preparado para encarar a modernização da economia como assunto sério e do mais elevado teor político (ROSTOW, 1961, p.20)

Com o progresso técnico, segundo Rostow (1961), o estoque de capital propicia uma maior produção. Com os lucros obtidos, novas indústrias serão instaladas, que por sua vez exigem um número ainda maior de operários. O resultado desse progresso técnico, segundo Rostow (1961) é um aumento na oferta de matérias-primas, incentivando também um aumento na produção de outros bens e serviços.

A quarta etapa “a marcha para a maturidade” segundo Rostow (1961) é a fase na qual a sociedade se encontra em maturação, a ciência, a tecnologia, já não são mais barreiras. Os frutos desses avanços já se espalham maciçamente por toda a

economia. Até a década de 1950 países como Grã-Bretanha (1850), Estados Unidos (1900), Suécia (1930), Rússia (1950), Canadá (1950) já haviam atingido essa fase.

E por fim, a quinta etapa é o período de consumo em massa, é um período no qual diversos setores da economia passam a produzir bens de consumo e serviços em escala muito elevada. A taxa de crescimento da renda *per-capita* “elevou-se a um ponto em que maior número de pessoas conseguiu, como consumidores, ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário” (ROSTOW, 1961, p. 23).

Na visão do Rostow é nessa etapa que as sociedades ocidentais decidiram atribuir mais recursos em assistência social:

O surto do Estado do Bem-Estar (Welfare State) é uma manifestação de uma sociedade que marcha para além da maturidade técnica; mas também é nessa etapa que os recursos tendem cada vez mais a ser dirigidos para a produção de artigos de consumo durável e à difusão dos serviços em massa, caso predomine a soberania dos consumidores (ROSTOW, 1961, p. 24).

A teoria do desenvolvimento Rostowiana claramente reconhece o crescimento econômico como condição essencial para alcançar o desenvolvimento econômico, mas acerca desse debate a visão do Rostow não é hegemônica.

Outro autor que apresenta uma visão muito interessante é o CHANG (2004), através da sua obra “Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica”. Na primeira parte do capítulo 4 do livro “chutando a escada” o autor explica de forma lúcida como, e porque usou a expressão “chutando a escada”. Chang analisou o papel do Estado nos processos de industrialização bem-sucedidos nos países atualmente desenvolvidos (PADs), E observou que medidas e estratégias nacionalistas e sobretudo, protecionista, foram importantes e fundamentais para que os países hoje ricos, pudessem alcançar o desenvolvimento.

Após chegar num grau elevado de desenvolvimento, esses países segundo Chang (2004) recomendam políticas diferentes da qual eles adotaram. Lembrando, segundo o Chang (2004) para chegar lá, os PADs promoveram fortemente o protecionismo, e depois passaram a defender medidas liberais, já que as suas empresas se encontram em posições muito fortes para competir no mercado mundial.

Em outras palavras, o Chang (2004) demonstrou que os PADs recomendam estratégias de desenvolvimento para os países em desenvolvimento nas quais eles

não usaram. E por isso eles estão chutando escada da qual subiram para evitar que outros subam.

Será justo afirmar que o acordo da OMC, que restringe a capacidade dos países em desenvolvimento de pôr em prática políticas ICT ativistas, não passa de uma versão moderna, multilateral, dos “tratados desiguais” que a Inglaterra e outros PADs costumavam impor aos países semi-independentes? Em outras palavras, acaso os países desenvolvidos estão “chutando a escada”, pela qual subiram ao topo, para longe do alcance dos países em desenvolvimento? Infelizmente, a resposta a todas essas perguntas é sim” (CHANG, 2003, p. 211)

O maior exemplo, segundo Chang (2004), foi o caso da Grã-Bretanha, ele argumenta que, a revolução industrial britânica teve como base a indústria têxtil, só conseguiu superar as potências dos países baixos por meio de ações de proteção. Ainda de acordo com Chang (2004), sem os estímulos industriais das diversas monarquias inglesas, como por exemplo o Henrique VII e seus sucessores, seria quase impossível a Grã-Bretanha obter o sucesso na industrialização.

Não é fácil determinar a importância relativa dos fatores já citados para explicar o sucesso britânico na manufatura de lã. Mas parece claro que, sem esse equivalente, no século XVI, da estratégia moderna de fomento à indústria nascente, tal como o concebeu Henrique VII e foi mantido por seus sucessores, teria sido difícil ou mesmo impossível à Grã-Bretanha o sucesso inicial na industrialização: sem o apoio dessa indústria-chave, que chegou a representar pelo menos a metade da renda da exportação no século XVIII, a Revolução Industrial britânica seria, no mínimo, difícilíssima (CHANG, 2004, p. 41).

Chang (2004), porém, deixou claro que o uso das políticas industriais, comércio e tecnologia (ICT) que foram usados nos países PADs não significa um caminho garantido, ou seja, aplicar essas estratégias não implica necessariamente o sucesso econômico. Isso depende tanto das formas detalhadas das suas aplicações, e pela disposição do Estado nas suas implementações.

Segundo Souza (1993 *apud* OLIVEIRA, 2022), duas correntes do pensamento econômico divergem sobre a relação entre crescimento e desenvolvimento econômico, a primeira corrente abrange os economistas de pensamento clássico e neoclássico, que enxergam o crescimento como sinônimo de desenvolvimento.

A segunda, abrange outro pensamento econômico (tradição marxista) e Cepalino (Prebisch, Furtado), na qual faz uma distinção entre desenvolvimento e crescimento. Ainda segundo Souza (1993) nessa corrente, o crescimento é uma variação positiva do produto, mas de forma quantitativa. Já o desenvolvimento vai

muito além, ou seja, tem impactos positivos no estilo de vida de toda sociedade, e das instituições.

Ainda de acordo com Souza (1993 *apud* OLIVEIRA, 2022) o crescimento econômico é essencial, mas não é suficiente para ser definido com o desenvolvimento, e isso dependerá de como esse crescimento é distribuído entre a população. Para chegar ao desenvolvimento econômico, é preciso que haja uma variação contínua e positiva em indicadores como Produto Interno Bruto (PIB), Renda *per-capita* e outros. A partir deste crescimento, as melhorias na vida social apareceram através de políticas públicas como saúde, educação, moradia, nutrição, transporte, entre outros.

Na visão de Luiz Carlos Bresser-Pereira, levando em conta o crescimento da renda *per-capita* como desenvolvimento, as duas teorias (desenvolvimento e de crescimento econômico) não se confundem.

Dado o fato de que o desenvolvimento econômico implica mudanças estruturais, culturais e institucionais, existe uma longa tradição que rejeita a identificação de desenvolvimento econômico com crescimento da renda per capita ou simplesmente crescimento econômico; eu, entretanto, entendi as duas expressões como sinônimas. De fato, se definirmos crescimento econômico como simples aumento da renda per capita, os dois termos não se confundem porque há casos em que a produção média por habitante aumenta mas mesmo no longo prazo não aumento generalizado dos salários e dos padrões de consumo da sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.2).

Segundo Bresser (2008), essa distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico deixa mais confusa do que esclarece o problema. Ainda de acordo com Bresser-Pereira (2008), alguns processos de desenvolvimento econômico geralmente são acompanhados por melhorias, como desenvolvimento social (melhor distribuição de renda), redução da desigualdade, e também com o avanço da democracia. Contudo, se em alguns momentos essas melhorias não ocorrem, não descaracteriza o crescimento como também um processo de desenvolvimento econômico.

Sandroni (2007) no seu dicionário de Economia considera que o termo crescimento econômico representa um aumento da capacidade de produção de uma economia, portanto, um aumento da produção de bens e serviços do país. E continua argumentando que, “o crescimento é indicado pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico” (SANDRONI, 2007, p. 203).

Por outro lado, o desenvolvimento na visão do Sandroni (2007) se refere ao crescimento econômico acompanhado de mudanças no padrão de vida de toda sociedade. No entanto, essas mudanças dependem das características dos países e das regiões, tais como cultura, extensão geográfica, recursos naturais etc.

2.2 NOVAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA LITERATURA ECONÔMICA

Algumas estratégias de desenvolvimento no Brasil são tratadas por diversas correntes de pensamentos econômicos, com visões diferentes sobre o tema. Dentre elas: o novo desenvolvimentismo que tem como defensor o Bresser Pereira; a neoliberal defendida por autores como Edmar Bacha e Samuel Pessoa; a social desenvolvimentista abordada pelo Carneiro, e Bielschowsky; e a neo-estruturalista difundida pela Comissão Econômica para a América e o Caribe (CEPAL)

2.2.1 Novo desenvolvimentismo

Segundo Bresser-Pereira (2007) o conceito de desenvolvimento econômico abarca alguns indicadores como investimento, renda, qualidade da mão de obra e conseqüentemente, a melhoria no padrão de vida da sociedade. Tais mudanças geram transformações não apenas na estrutura, mas também na cultura e na forma de pensar da sociedade como todo.

Bresser-Pereira explica o que é a estratégia do novo desenvolvimentismo:

O novo desenvolvimentismo é um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alcançar os países desenvolvidos. Não é uma teoria econômica, mas uma estratégia; é uma estratégia nacional de desenvolvimento, baseada principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. É o conjunto de ideias que permite aos países em desenvolvimento rejeitarem as propostas e pressões dos países ricos por políticas econômicas e de reforma, como a liberalização da conta de capital e o crescimento com poupança externa, na medida em que essas propostas são tentativas neo-imperialistas de neutralizar o crescimento econômico dos países concorrentes (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.17).

Para a corrente novo desenvolvimentista, o crescimento econômico é justificado e causado pelo lado da demanda. Portanto, para acompanhar os níveis de investimentos é preciso haver uma alta nas demandas (internas e externas). Desta forma, o fator principal que faz com que a economia brasileira não se desenvolva é porque as demandas (interna, externa) estão muito comprimidas. O que significa, segundo Moreira e Arend (2016), que internamente os salários se elevam em um ritmo muito abaixo ao da produtividade e externamente porque a apreciação da taxa de câmbio tem a tendência de fazer com que o país diminua sua competitividade em exportações, o algo que ocasiona a estagnação do crescimento do país.

De acordo com Bresser-Pereira (2010) a diferença central entre a ortodoxia convencional e a estratégia do novo desenvolvimentismo é que, a ortodoxia é fundamentalista de mercado, ou seja, o mercado pode coordenar tudo sem precisar de interferências. Já o novo desenvolvimentismo é pragmático, ou seja, vê o mercado como instituição eficiente, mas com seus limites.

Bresser-Pereira vê o Estado como regulador e estimulador de investimentos privados para a estratégia do novo-desenvolvimentismo.

No cenário do novo desenvolvimentismo, cada país individual tem agora a possibilidade de adotar efetivamente estratégias nacionais de desenvolvimento – estratégias que ampliam o papel do Estado como regulador e estimulador dos investimentos privados e da inovação, estratégias que aumentam a competitividade internacional do país ao mesmo tempo em que protegem a mão-de-obra, os pobres e o meio ambiente. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.36).

Desta forma, o Bresser-Pereira (2010) entende que a era do neoliberalismo, e as propostas de estratégia econômica formuladas pelo Consenso de Washington causaram uma quase-estagnação. Ainda de acordo com Bresser-Pereira (2010), é preciso rejeitar a macroeconomia da estagnação que a ortodoxia convencional causa, e começa a formular uma nova estratégia de desenvolvimento econômico na qual o Estado tem o seu papel fundamental.

2.2.2 Estratégia neoliberal

O artigo intitulado “Integrar para Crescer” do Bacha (2013), é o principal texto para entender a estratégia de desenvolvimento por trás da corrente neoliberal encabeçada pelos autores Samuel Pessoa e Edmar Bacha. A ideia central dessa estratégia segundo Bacha (2013) é que, a baixa inserção da economia brasileira no comércio internacional, traz consequências como atraso tecnológico, baixo crescimento econômico, e desindustrialização.

Samuel Pessôa (2009) chama essa visão de “visão smithiana” e vai na mesma linha da visão do Bacha (2013), na qual julgam correta a interação comercial entre os países.

Não há, na visão smithiana a noção de conflito entre as diversas economias. O desenvolvimento de uma nação não coloca limites ao desenvolvimento da outra, e, geralmente, a interação entre as economias apresenta mais pontos de cooperação e áreas de interesses comuns do que de disputa (PESSÔA, 2009, p. 2).

Ao fazer um diagnóstico da economia brasileira, Bacha (2013) identificou os seus principais gargalos, e que precisam ser enfrentados dentre eles a “elevada inflação combinada com reduzido crescimento enfatizam o baixo investimento e a alta carga tributária, além da educação precária” (BACHA, 2013, p. 2).

Segundo Pessôa (2009), a sociedade terá que estar disposta a aceitar esse novo padrão de desenvolvimento institucional. Bacha (2013) ressaltou que é importante que haja esse consenso no mundo político e social, e isso pode ser possível por duas constatações. Uma, é que o isolamento da economia brasileira só gerará PIB muito baixo e com isso o país não conseguirá sair da renda média.

A outra, de acordo com Bacha (2013), é que diante de diversas possibilidades de acordos, o Brasil teria que buscar estabelecer regras mais flexíveis que possam permitir negociação com países terceiros fora do bloco do acordo. A corrente neoliberal Casa das Garças vê no Mercosul um empecilho para uma maior integração do Brasil no comércio internacional.

Para a corrente neoliberal Casa das Garças apresentada pelo do Bacha (2013), a estratégia de integração para alcançar o desenvolvimento baseia-se em três pilares. O primeiro, é uma reforma fiscal, tal reforma requer a redução da carga tributária e a sua simplificação, sem gerar um aumento da dívida pública. O segundo pilar é a substituição de tarifas por câmbio, que significa a desvalorização da moeda local para favorecer as empresas nacionais, e fortalecer o setor exportador brasileiro.

O último pilar ainda de acordo com Bacha (2013) é a possibilidade que o Brasil tem de fazer acordos multilaterais, regionais e bilaterais. Dado ao seu amplo mercado interno, o Brasil poderá obter vantagens nesses acordos, estabelecendo regras mais brandas que lhe permitiria negociar com outros países sem ser penalizado.

2.2.3 Social desenvolvimentismo

A corrente social desenvolvimentista define como fundamental três áreas que possam elevar o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, segundo Bielschowsky (2012), o Brasil possui os três motores do desenvolvimento.

O primeiro, é o amplo mercado interno. Ou seja, uma distribuição de renda aos mais pobres, a queda nos preços de bens e serviços causada pela valorização cambial, a elevação dos salários, e o acesso ao crédito pela população de baixa renda poderão incentivar o consumo interno em massa. Essa estratégia é considerada pelo Bielschowsky (2012) como uma estratégia de desenvolvimento social e nacional.

Bielschowsky faz uma ressalva:

O modelo, porém, para que funcione, requer bem mais do que o consumo de massa. Exige também que se realize a produção no país de parte importante dos bens finais e de seus principais encadeamentos produtivos, “para frente” e “para trás” (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 739).

Desta forma, segundo o Bielschowsky (2012) o consumo em massa deve ser acompanhado pela produção em massa de boa parte dos produtos no Brasil. Essa estratégia de produção pode permitir um aumento nos rendimentos de escala, maior progresso técnico e por fim, um aumento de níveis dos salários.

De acordo com Carneiro (2010) a estratégia social-desenvolvimentista requer combinação de políticas macroeconômicas. Entretanto, o seu requisito primordial é o papel do estado com a sua política consciente e determinada em prol do desenvolvimento.

O segundo motor segundo Bielschowsky (2012) é o uso de recursos naturais, ou seja, incentivar a demanda (interna e externa) por esses recursos. O Brasil possui recursos naturais em abundância, investimentos para alavancar o progresso técnico

na qual partes das máquinas em setores como petróleo, energia elétrica, insumos e sementes são produzidas internamente, podem causar um grande ganho econômico.

A corrente social desenvolvimentista na figura do Bielschowsky (2012), acredita que, para que o Brasil possa aproveitar da abundância desses recursos naturais, há alguns desafios a serem enfrentados na sua estratégia nacional de desenvolvimento. Dentre eles, evitar que países como China, Estado-Unidos ou qualquer outro país que possa ter acesso a suas terras por meio de compra.

Primeiro, há a ameaça de compra de terra e do acesso à energia e a metais pela China e outras potências mundiais. Se permitido, capitais oriundos das potências mundiais tentaram comprar todo o território nacional, do Oiapoque ao Chuí. A propósito, será interessante estudar a forma como os países desenvolvidos lidam com propriedade da terra e acesso à energia e demais recursos naturais estratégicos localizados nos respectivos territórios, de maneira a verificar a conveniência de replicar suas políticas no Brasil (BIELSCHOWSKY, 2012, p.741)

Ainda de acordo com Bielschowsky (2012), outro desafio é a sustentabilidade ambiental, o uso dos recursos naturais deve ser feito de forma consciente. O último desafio destacado pelo autor “é o da absorção pelo setor privado ou por interesses públicos menores dos ganhos originados pela valorização dos preços dos bens e serviços baseados em recursos naturais” (BIELSCHOWSKY, 2012, p.741).

O terceiro motor, ainda de acordo com Bielschowsky (2012), para fomentar o desenvolvimento segundo a corrente social desenvolvimentista, é o incentivo ao investimento em infraestrutura, isso pelo fato de que é um setor que movimenta um número de empregos em grande escala.

Esses investimentos, segundo Bielschowsky (2012), podem ser tanto privados quanto públicos, e que o Brasil a partir de 2002 mesmo de forma lenta vem investindo em infraestrutura, em setores como energia elétrica, telecomunicação, habitação e transportes. Algumas dificuldades impedem a expansão do volume de investimentos, entres elas, a questão ambiental.

2.2.4 Neo-estruturalismo cepalino

A teoria estruturalista latino-americana surgiu no final da década de 1940, em um período marcado pela ampla discussão em torno das teorias de desenvolvimento econômico. O ideário Cepalino Medeiros (2016), verificou que deveria haver um processo de substituição de importação, que se daria pela busca da geração de poupança externa para interromper a tendência do sistema, na relação centro-periferia.

De acordo com Corrêa (2013) a teoria de deterioração dos termos de trocas que foi elaborado pelo Raul Prebisch¹, afirmava que além dos ganhos de produtividade que não ocorriam entre o comércio centro-periferia, a periferia transferia os seus ganhos de produtividade para os países do centro.

No entendimento da CEPAL², o desenvolvimento só poderia ser alcançado pela expansão do chamado bem-estar social, em decorrência do aumento de renda da população nos países periféricos, e para que isso ocorra, os estruturalistas da Cepal defendiam por meio de produção industrial própria, a substituição das importações.

Segundo Filellini (1994), os países periféricos deveriam cada vez mais resistir aos movimentos cíclicos da economia do centro, e diminuir cada vez mais a dependência do capital estrangeiro na formação das suas poupanças internas.

Para os estruturalistas da CEPAL, o desenvolvimento não seria alcançado usando as mesmas receitas que foram empregadas nas economias desenvolvidas. Fernando Fajnzylber³ (1983) reconheceu que os países latino-americanos precisavam de uma modificação no seu modo de desenvolvimento, tal modelo que resultou em uma industrialização frágil e única.

Fajnzylber (1983) apontou uma nova proposta de desenvolvimento que seria capaz de inserir a região latino-americana em um processo de crescimento econômico, adotando novas estratégias de desenvolvimento que teriam como base uma aceleração no progresso técnico.

¹ Mais destacado intelectual da Cepal, tendo iniciado a linha estruturalista do pensamento econômico na América Latina.

² A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. (CEPAL, 2022)

³ Fajnzylber foi um economista chileno, e um dos artífices da atualização do pensamento neo-estruturalista da CEPAL da década de 1990

Fajnzylber (1983) propôs uma nova industrialização capaz de gerar eficiência, baseada no crescimento com criatividade e equidade, ou seja, com inovação tecnológica. Ainda de acordo com Fajnzylber (1983), junto com essas inovações seriam necessários um “núcleo endógeno de progresso técnico” com a finalidade de dinamizar o setor produtivo e com isso alcançar e se manter competitivo no mercado internacional.

3. METODOLOGIA

Neste trabalho, utilizou-se a pesquisa descritiva como método visando o cumprimento dos seus objetivos. De acordo com Köche (2012):

A pesquisa descritiva, não-experimental, ou *ex post facto*, estuda as relações entre duas ou mais variáveis de um dado fenômeno sem manipulá-las [...]. Na pesquisa descritiva não há a manipulação *a priori* das variáveis. É feita a constatação de sua manifestação *a posteriori* (KÖCHE, 2012, p.125)

Levando em conta o objetivo deste Trabalho, foi definido pesquisa bibliográfica como técnica de pesquisa para melhor desenvolvê-lo. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a técnica de pesquisa bibliográfica é uma pesquisa que agrupa bibliografias já públicas relacionados ao tema do estudo, como jornais, livros, artigos, entre outros.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão (MARCONI, LAKATOS, 2003, p.183)

Ainda de acordo com Marconi e Lakatos (2003) os resultados desse tipo de pesquisa não são meras repetições do que já foram ditos, mas possibilitam um novo enfoque sobre o tema pesquisado e podendo chegar a resultados inovadores. Segundo os autores, a pesquisa bibliográfica possui diversas fases, como por exemplo: a escolha do tema, elaboração do plano, compilação, redação, análise e a interpretação.

Inicialmente foi feita uma coleta de artigos físicos e digitais, livros e trabalhos acadêmicos relacionados ao tema do trabalho para fundamentá-lo. As fontes desses textos são secundárias e de autores como Chang (2003), Bielschowsky (2012), Bacha (2013) e outros.

Após isso, foram selecionados os mais relevantes de acordo com os objetivos deste trabalho. Definidos o tema e a seleção dos mais relevantes textos, partimos para a redação do referencial teórico. Os dados que foram coletados e analisados do Estado do Paraná no período de 2002 a 2018 são: índice de Desenvolvimento humano Municipal (IDHM), Índice de Gini, o Índice Iparades de desempenho municipal (IPDM) e o Produto Interno Bruto *per-capita*. Mais adiante explicaremos o que são e como interpretar cada um desses indicadores.

3.1 INDICADORES E COMO INTERPRETÁ-LOS

Os principais indicadores de desenvolvimento econômico permitem mensurar o grau de desenvolvimento de cada país, ou seja, como cada população vive, através desses indicadores os dirigentes desses países ou localidades conseguem elaborar políticas públicas para melhorar a vida das suas populações.

3.1.1 IDHM

O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é um indicador socioeconômico. De acordo com Ipea⁴ (2022), o IDHM segue as mesmas dimensões do IDH global dividido em três dimensões, a oportunidade de viver uma vida longa (saúde), acesso a conhecimento de qualidade (educação), e por fim ter um padrão de vida na qual tem garantida as suas necessidades básicas (renda). O Ipea (2022) salienta essas três dimensões do IDHM e ainda com um adendo, ele adequa essa metodologia global com a realidade dos municípios brasileiros.

Ainda segundo Ipea, existem mais de 180 indicadores socioeconômicos que dão suporte ao IDHM e ajudam na compreensão do desenvolvimento municipal. O índice de desenvolvimento humano municipal é um número que varia de 0 a 1. O um representa um índice de desenvolvimento muito elevado, ou seja quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento da cidade.

Nesse trabalho, fizemos uma análise e a comparação do IDHM sob as três dimensões (renda, educação e saúde) das principais cidades de cada região geográfica intermediária⁵ do Estado do Paraná do último censo (2010). Selecionamos as cidades mais relevantes em cada região intermediária⁶ levando em

⁴ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Suas principais atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais que permitem a formulação e reformulação de políticas públicas. (Ipea, 2022)

⁵ As Regiões Geográficas Intermediárias segundo o IBGE (2017) correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Elas articulam as Regiões Geográficas Imediatas de funções urbanas de maior complexidade, como serviços médicos especializados ou grandes universidades.

⁶ As Regiões Geográficas Imediatas têm como referência principal a rede urbana. Essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos que respondem imediatamente às necessidades da população, como por exemplo: compras de bens de consumo, busca de trabalho, serviços de saúde, prestação de serviços públicos, educação etc. (IBGE, 2017)

conta números de habitantes e por serem os municípios referenciados pelo IBGE na nomeação das regiões.

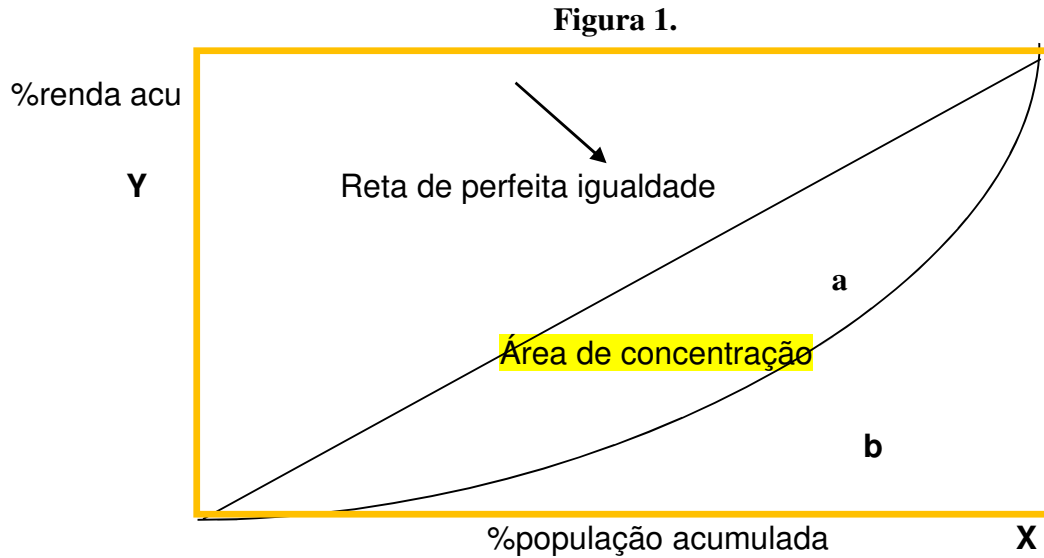
3.1.2 Índice de Gini

O índice de Gini ou coeficiente de Gini, criado por Conrado Gini matemático italiano em 1912, é um instrumento que permite a medição do grau de concentração de renda em determinado local e grupo. Segundo o Ipea (2022), esse índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda, ou seja, o valor 1 indica que apenas uma pessoa detém toda riqueza. Por outro lado, quanto mais o Índice de Gini se aproxima de zero, menor a desigualdade, ou seja, o valor zero indica que todos do grupo ou do país possuem a mesma renda.

Usando a curva de Lorenz na figura 1 no qual o eixo Y representa os percentuais acumulados da renda e X os percentuais de população acumulada. Hipoteticamente a área entre a reta de perfeita igualdade e a curva de Lorenz denominamos de 'a' e a área abaixo da curva de Lorenz denominamos de 'b'. Desta forma o coeficiente de Gini é dado pela fórmula:

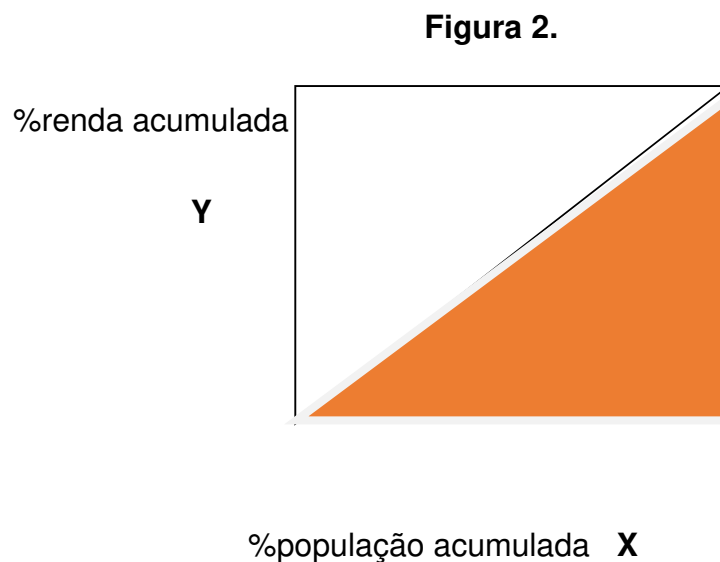
$$G = a/(a+b)$$

Ou seja, o índice de Gini é igual a área de concentração dividida pela área de perfeita desigualdade. Caso não haja concentração, o coeficiente será zero devido ao numerador ser zero, por outro lado se houver concentração máxima, o numerador se iguala ao denominador e o resultado será 1, por esta razão o índice é avaliado dentro de um intervalo de 0 a 1.



Curva de Lorenz: elaboração própria.

Segundo o Hoffmann (1988), Se não houver nenhuma concentração de renda, ou seja, se 10% da população receber 10% da renda, 50% da população receber 50% da renda e assim sucessivamente, a Curva de Lorenz seria uma linha reta (linha de perfeita igualdade na figura 1). Por outro lado, se apenas uma pessoa detenha toda a renda, a área de concentração encobriria toda área abaixo da linha reta pintada em laranja como mostrado na figura 4.



Concentração Máxima: Elaboração própria.

Para calcular o índice de Gini, normalmente é usado a seguinte fórmula na qual, é utilizado um somatório de toda a área abaixo da curva, subtraído de 1

$$G = 1 - \sum_{k=0}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k)$$

Onde:

G = coeficiente de Gini

X = proporção acumulada da variável "população"

Y = proporção acumulada da variável "renda"

Se todos têm a mesma renda a fórmula se dar por $(X_{k+1} - X_k = 1)$ e $(Y_{k+1} + Y_k = 1)$ e G fica igual 0, por outro lado se a renda fica retida na mão de apenas um indivíduo a fórmula se dá por $(Y_{k+1} + Y_k = 0)$, e G fica igual a 1.

Não existem dados disponíveis do coeficiente de Gini para cada uma das regiões intermediárias, porém, existem dados para as principais cidades de cada região intermediária. Por isso neste trabalho faremos a análise e a comparação dessas principais cidades levando em conta o censo do IBGE de 2010.

3.1.3 IPDM

O Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) é um índice que mede o desempenho de todas as cidades do Paraná, segundo o IPARDES⁷, esse índice utiliza e considera as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social como por exemplo, renda, emprego e produção agrícola, a saúde, e a educação.

A interpretação do IPDM é feita da seguinte maneira: em um intervalo de 0 a 1, quanto mais próximo de 0, menor é o nível de desempenho do município, e quanto

⁷ O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) é uma instituição de pesquisa que está vinculada com a Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL). A sua função é estudar a realidade econômica e social do Estado do Paraná para ajudar na formulação, na execução, no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas. (IPARDES, 2022)

mais próximo de 1, maior é o nível de desempenho do município. O fundamental do IPDM é que cada uma das áreas envolvidas (renda, emprego e produção agrícola, a saúde, e educação) tem o mesmo peso na construção final desse índice que representa 33,33%, ou seja, um terço do índice geral.

3.1.4 Pib *per-capita*

Não seria possível analisar o PIB *per-capita* sem antes entender o que é PIB, e como calculá-lo. Segundo o IBGE (2022), o PIB é o indicador que mede o valor monetário dos bens e serviços finais produzidos em um País, Estado ou em uma determinada localidade, os bens e serviços finais são medidos no preço em que são chegados ao consumidor. Desta forma o PIB é utilizado para avaliar quanto uma região cresceu ou retrai em um determinado período, essa avaliação geralmente é feita anualmente. O PIB pode ser calculado sob três óticas e nas três óticas o resultado final do PIB deve ser o mesmo:

Ótica da demanda: o cálculo é realizado a partir das despesas dos agentes econômicos envolvidos como empresas, governo e famílias. Para chegar ao valor do PIB sob essa ótica são somados consumo das famílias, investimento das empresas e gastos exercidos pelo governo, dada pela equação a seguir:

$$Y=C + I + G + (X-M)$$

Com C representa o consumo das famílias

I representa os investimentos formação bruta de capital (FBCF) + variação de estoque (VE)

G: representa os gastos do Governo

X: representa as exportações

M: representa as importações.

Pela ótica da oferta segundo o IBGE (2022), o PIB é calculado pela soma de todos os bens e serviços produzidos, considerando o Valor Adicional Bruto (VAB) que

é a diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário. Após saber o VAB é preciso fazer um ajuste adicionando impostos e subtraindo os subsídios que incidem sobre todos os bens e serviços desde o início da produção e a venda.

Em outras palavras é considerado apenas os bens e serviços finais, ou seja, esses bens e serviços são medidos no preço que chegam ao consumidor, por exemplo se um confeitiro produz um bolo e vende no valor R\$100 e para isso gastou R\$60 em ingredientes, será considerado no PIB o R\$100 e não R\$160, porque os valores dos ingredientes já estão embutidos no valor do bolo. O PIB pela ótica da oferta é dado pela equação a seguir.

$$\text{PIB (preço de mercado)} = \sum \text{VAB} + (\text{impostos} - \text{subsídios})$$

Pela ótica da renda, o valor do PIB é calculado a partir dos rendimentos auferidos pelos agentes produtivos. São contabilizadas as rendas dos rendimentos do fator trabalho (salários), do fator capital (juros, lucros e aluguéis) chamado de Excedente Operacional Bruto (EOB), somando a esse valor os impostos indiretos e subtraindo os subsídios. A equação é dada por:

$$\text{PIB (preço de mercado)} = \text{remuneração do trabalho} + \text{EOB} + \text{impostos indiretos} - \text{subsídios}$$

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens produzidos de um país, estado ou município em um determinado período, já o PIB *per capita* é a razão entre o PIB e o total da população de uma certa localidade. Foi feito neste trabalho utilizando os dados do IPARDES, a análise e a comparação da evolução de cada uma das seis regiões intermediárias do Paraná no período de 2002 a 2018.

Para analisar os resultados obtidos, foram utilizados recursos ilustrativos como tabelas e gráficos, e a abordagem de estatística descritiva⁸ possibilitou a interpretação dos dados. Além da análise completa dos principais indicadores de desenvolvimento econômico do Estado do Paraná pesquisados neste trabalho, faremos uma análise dos principais municípios de cada região intermediária do Estado.

⁸ A estatística descritiva, cujo objetivo básico é o de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas. (D, T, A, Guedes)

4.DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO, E REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICO DO PARANÁ A PARTIR DA DÉCADA DE 60

Nessa seção, faremos um resumo da história econômica do Estado do Paraná, falaremos sobre a estrutura básica da economia paranaense com objetivo de transcorrer sobre as mudanças que ocorreram na economia do Estado.

A economia paranaense teve vários ciclos econômicos, segundo Oliveira (2001, p.28), no início do século XIX, a erva-mate passou a ser explorada e desde então passou a ser o principal produto exportado pelo Estado do Paraná, tal processo impulsionou a economia paranaense como todo, e durou até a década 20 do século XX, o ciclo da erva-mate foi substituído pelo ciclo de madeira a partir da década de 1930.

De acordo com Migliorini:

A indústria madeireira e suas indústrias correlatas, empregava a maior parte dos trabalhadores do setor indústria e, ao mesmo tempo disseminava a industrialização pelo interior do Estado, mais ainda à medida que iam sendo colonizadas as terras das regiões Norte e Sudoeste do Paraná (MIGLIORINI, 2006, P. 65).

A produção de madeira atraiu muitos capitais estrangeiros e se tornou o principal produto exportador do Paraná, tal processo possibilitou a instalação de várias madeireiras. Com a construção da estrada da Graciosa e a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá no final do século XIX, o pinho do Paraná começou a ser exportado para fora do Estado e para fora do País.

A partir da década de 40 do século XX, com o aumento das lavouras de café, esse produto foi se tornando o principal produto de exportação desbancando a madeira e a erva-mate. De acordo com Nadir Cancian (1981), a cafeicultura do Paraná ocorreu em três fases, a primeira, o norte velho ou norte pioneiro compreendendo a divisa do nordeste do Estado com o Estado de São Paulo, e terminou com a crise de 1929.

Ainda de acordo com a Cancian (1981), a segunda fase denominada 'Norte Novo' se iniciou a partir da década de 30 do século XX, esse cultivo contribui para o povoamento do Estado, e compreendendo a ocupação de Cornélio Procópio até o Rio Ivaí. Essa fase encerrou-se no fim da segunda guerra mundial.

A terceira fase ocorreu-se nas décadas de 40 a 60 do século XX, nesse período, foi povoada as cidades como Umuarama e Xambrê. Na produção agrícola do Estado, as lavouras cafeeiras representaram 60% do seu valor total durante a década de 60, Essa representatividade alavancou o surgimento de novas indústrias e aumentou a imigração como salientou Priori, A. et al.

O café tornou-se a cultura mais valorizada na época, devastou matas e trouxe fazendeiros de outros lugares que apareciam à procura de novas terras. Também abrigou um número bem grande de imigrantes estrangeiros e migrantes nacionais, que vinham para o Estado à procura de melhores condições de vida. (PRIORI, A. ET AL, 2012, p. 98)

Levando em conta essas informações faremos mais adiante uma análise da estrutura econômica do Estado, a partir da década de 60 do século XX. Escolhemos a década de 60 por ser um período no qual o Estado do Paraná sofreu grande mudança de modernização, como aumento populacional, aumento na rentabilidade e com novas técnicas plantios, contudo veremos adiante que para a industrialização o ciclo cafeeiro não foi totalmente positivo.

4.1. ANOS 60 E A RACIONALIZAÇÃO DO CAFÉ

No início da década de 60 o café ainda era considerado o principal produto exportado pelo Brasil. No Paraná, de acordo com Priori et al. (2012) foram produzidas cerca de 21 milhões de sacas de café nesse período.

Entre os anos de 1961 e 1962, o Paraná produziu 21,3 milhões de sacas de café. O centro produtor estava localizado na região Norte do Estado, principalmente pela qualidade do solo e clima propício para o desenvolvimento da lavoura cafeeira (PRIORI, *et al.*, 2012, p. 102).

As colheitas foram cada vez aumentando, gerando desta forma uma queda vertiginosa nos preços, assim o governo brasileiro em 1963 iniciou a política de racionalização da produção de café. Essa política se aplicava da seguinte maneira: o produtor era obrigado por meio de pagamento para arrancar e destruir partes das suas plantações de café e substituí-las por outros produtos que o mercado internacional demandava. Ou seja, foi uma política de diversificação do uso da terra.

Diante dessa mudança, o Paraná foi o mais afetado pois era o maior produtor de café, de acordo com Swain (1992) houve uma queda de 47% nas plantações de

café depois dessa política até 1975, enquanto a produção de soja e trigo aumentaram cerca de 695% até 1980.

Na indústria, os efeitos do ciclo cafeeiro foram inversos, de acordo com Oliveira (2001), a falta de conexões econômicas das populações nas regiões Norte Novo e Norte Novíssimo com o Estado foi a principal causa, isto é, os produtos industrializados adquiridos pelas populações dessas regiões proviam de São Paulo. Segundo Padis (1981), não houve um retorno de investimento na indústria com a renda que foi gerada nas vendas do café, e ainda acrescenta que tudo era transferido para o Estado de São Paulo por meio de compras de produtos com maiores valores agregados.

A década de 1960 foi marcada também pela criação de empresas estatais, no Paraná segundo Migliorini (2006 apud MILWARD, 1999), o projeto de desenvolvimento que visava planejar o desenvolvimento focado em setores como infraestrutura, transporte e energia foi colocado em prática. Isso foi possível com a criação e fortalecimento de empresas como a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL), e o principal fundo de financiamento para fomentar o desenvolvimento industrial, o Fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE), administrado pela CODEPAR.

A criação de empresas citadas acima pelo Estado, possibilitou a construção de uma estrutura básica, promovendo desta forma a industrialização do Paraná. Desde então, o Estado passou a ser o indutor de investimento, estimulando também o investimento privado. Essa década marcou o fim do ciclo de café e abriu um outro ciclo mais industrializado e mais mecanizado (soja, trigo)

4.2. A SOJA E A MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA 1970 e 1980

A década de 1970 no Paraná segundo Rolim (1995), foi marcada pela grande concentração fundiárias, evolução tecnológica, e pela substituição de cultura colonial como a plantação de café pela cultura 'nobre' ou 'moderna' como a plantação de soja e trigo

Também ocorreu "substituição de culturas do tipo 'colonial' (isto é, baseadas na utilização de terras recém-desmatadas e em técnicas relativamente primitiva, basicamente café) por culturas 'nobre', como a soja e o trigo, tecnicamente 'modernas' (ROLIM, 1995, p.55)

Ainda de acordo com Rolim (1995), a evolução tecnológica necessitava também da utilização de insumos modernos como máquinas, sementes, a sofisticação da comercialização e do financiamento.

A soja acelerou o processo de mecanização e atraiu muitos financiamentos, de acordo com Swain (1992), a soja passou a ocupar uma superfície ainda maior no Paraná, em 1960 ocupava cerca de 5.643 ha e passou para 3.007.841 ha em 1980. A mecanização acelerada era muito favorável do ponto de vista dos fatores terra e capital, porque aumentava a produtividade e a rentabilidade. Já do ponto de vista da mão de obra os efeitos foram inversos ou negativos, porque acelerou o processo de desemprego, a mecanização afastou muitos trabalhadores de suas funções, postos que antes eram ocupados por pessoas foram substituídos por máquinas.

Essas transformações na base produtiva provocaram uma concentração fundiária que por sua vez resultou na fuga de cerca de 1,3 milhão de pessoas, são pessoas que deixaram o Estado do Paraná porque não tinham terras e equipamentos suficientes para acompanhar essas modernizações.

Esse período de migração fez com que a taxa de crescimento populacional do Paraná se reduzisse, de acordo com os dados do IBGE, a taxa passou de 103% nas décadas de 1950-1960 a 61% nas décadas de 1960-1970 e chegou a 10 % nas décadas de 1970-1980.

A década de 1980 segundo Migliorini (2006), pode ser considerada como o período no qual houve uma consolidação dos setores industriais, neste período ocorreu-se no Paraná além de uma grande transformação na sua economia, também uma diversificação dos seus setores industriais.

Migliorini salienta:

Ocorreu, na década de 1980, uma diversificação dos setores industriais do Estado, incorporando, em seu parque industrial, empresas dinâmicas com maior capacidade de desenvolver a economia paranaense, ultrapassando rapidamente o valor de transformação das empresas tradicionais. (MIGLIORINI, 2006, p.72)

Segundo dados do IPARDES (1991), até 1989 setores industriais tradicionais (bebidas, alimentos, têxteis, madeiras) foram perdendo espaços para os setores mais dinâmicos como (química, comunicação, matérias de transportes). O setor químico saiu de 7,7% de representação na economia paranaense em 1970 para 19,7% em 1989, enquanto o setor de madeira sofreu uma queda quando passou de 22, 5% de representatividade em 1970 para 6,1% em 1989.

Ainda de acordo com os dados do IPARDES apresentados pelo Migliorini (2006), a participação no PIB dos setores mais tradicionais representava cerca de 67% em 1970 e caíram para cerca de 44% em 1989, enquanto os setores inovadores aumentaram de 23, 7% a suas participações para 45, 5 %.

A indústria paranaense entrou na década de 80 sentindo os efeitos de uma política econômica recessiva, algo que também acontecia no âmbito nacional. A desaceleração de acordo com Trentin (1993) não perdurou por muito tempo.

Em relação à economia paranaense, que entrava nesta década sentindo os efeitos dos investimentos realizados ainda nos anos setenta, não tardou para apresentar sinais de desaceleração, sendo que no início as taxas caíram vertiginosamente para 4,0% em 1981, seguida de sucessivas taxas negativas nos anos de 1982, de (10,7), em 1983, com uma taxa de (0,3) e em 1984 com uma taxa de (2,0). A recuperação só acontece para o Paraná a partir do ano de 1985, quando apresentou uma taxa de crescimento de 11,5% neste ano, seguida de taxas positivas até o final da década. Os resultados desta conjuntura refletiram-se num crescimento médio anual de 4,7%. (TRENTIN, 1993, p. 9)

Ainda de acordo com Trentin (1993), a desaceleração no setor industrial brasileiro nesse período não foi totalmente refletida na economia paranaense, o Paraná apresentou um crescimento acima do crescimento observado na economia nacional, porque segundo o autor a indústria paranaense foi fortemente atrelada ao complexo agroindustrial.

4.3. REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DA DÉCADA DE 1990 E O PERÍODO ATUAL

A década de 1990 é também marcada por um processo de diversificação da base produtiva da economia paranaense, o governo Estadual forneceu diversas concessões de incentivos fiscais e financeiros a empresas, e permitiu a entrada de outras empresas no Estado. Esse processo contribui para a transformação do padrão produtivo do Paraná.

O complexo metalomecânico e a refinaria de petróleo de araucária (REPAR), a modernização e a diversificação de setores como o de madeiras e de alimentos são frutos da política de atração por investimentos feitos pelo governo estadual, tal política do governo, ao mesmo tempo acabou por gerar uma concentração das maiores partes das suas indústrias na região metropolitana de Curitiba.

De acordo com Lourenço (2001), o processo de mutação da base econômica do Estado do Paraná principalmente na segunda metade da década de 90 possuía três eixos de investimento, a retaguarda, a vanguarda e o eixo operacional.

A retaguarda, ainda de acordo com Lourenço (2001),

O eixo de inversão–retaguarda contempla algumas iniciativas destinadas à consolidação dos requisitos necessários à diminuição do custo Paraná e ao aumento de sua competitividade sistêmica, incluindo os esforços voltados à superação das economias externas, particularmente à correção das ineficiências e desperdícios derivados da deterioração do aparato infra estrutural do Estado. (LOURENÇO, 2001, p. 6)

Ou seja, o aparato infra estrutural construído de acordo com o autor, contemplou a expansão de setores como comunicação através da modernização da rede, como energia através do aumento da oferta baseada na tradicional hidroeletricidade.

A vanguarda, segundo o Lourenço (2001)

O vetor investimento–vanguarda compreende a expansão da base científica e tecnológica na direção da introdução de novos paradigmas, fruto da otimização de ações públicas e privadas, englobando as áreas de gestão, processos e produtos e implicando ganhos de produtividade e competitividade do parque produtivo operante no Estado (LOURENÇO, 2001, p. 6)

Isso se define como a expansão da base científica e tecnológica, ou seja, saindo da base tecnológica tradicional como a de madeira e alimentícios, para setores de alta tecnologia como o setor de químico e petrolífera. O eixo operativo ou operacional, ainda segundo o autor é composto por cinco grupos ligados entre si, o primeiro, é a formação do polo automobilístico, esse esforço permitiu que o conjunto das montadoras responde por cerca de 17,5% das exportações do Paraná em 2000 ficando atrás apenas das exportações de soja (34,4%).

O segundo grupo do eixo operativo compreende as cadeias agrícolas e agroindustrial:

O segundo conjunto operativo abarca a acentuação da verticalização das cadeias agrícola e agroindustrial na busca de maior agregação de valor à produção primária e de diminuição da grande dependência da obtenção de reduzidas margens propiciadas pela simples comercialização de commodities. (LOURENÇO, 2001, p. 7)

A verticalização da cadeia produtiva significa permiti que o setor agroindustrial pudesse produzir desde os insumos até os produtos dentre de uma mesma indústria, ou seja buscar diminui a dependência, segundo o autor, esse processo sendo

feito pelas cooperativas que detenham a maior parte da oferta de matéria-prima do Estado.

O terceiro conjunto operativo abarcou o setor madeireiro e papelero ainda na década de 1990, Lourenço (2001), a capacidade de produção provém da disponibilidade de matéria prima por meio do reflorestamento utilizando árvores como (pinus, eucalipto, e acácia negra) para produção de madeira, e que foi facilitada por uma melhora na competitividade devido à mudança efetuada pelo Banco Central no regime cambial⁹ do País em Janeiro de 1999.

O quarto grupo se preocupou em construir uma frente externa ampla com o Cone Sul¹⁰. O Paraná de acordo com Migliorini (2006, p.73 apud LOURENÇO, 2001, p.2-3) “utilizou um conjunto de fatores formados por localização geográfica privilegiada, proximidade com o Mercosul e com os maiores centros do País (especialmente São Paulo),”. Segundo o Lourenço (2001), as exportações Paranaense chegou a 4,85 US\$ bilhões em 1997, com o mundo passou de US\$ 1,87 bilhões para US\$ 4,4 bilhões em 2000, nesse período, o Estado do Paraná aumentou a taxa da sua participação no total exportado pelo Brasil, de 5,9% para 8,2%.

O quinto e último conjunto se trata da forma de aproveitamento as vocações e as qualificações regionais, Lourenço (2001):

O quinto conjunto operativo equivale ao melhor aproveitamento das vocações e ao desenvolvimento das aptidões regionais, nas suas diferentes escalas, envolvendo novos atores locais ativos, inclusive na perspectiva de reconstrução de espaços, como os consórcios de municípios. (LOURENÇO, 2001, p.7)

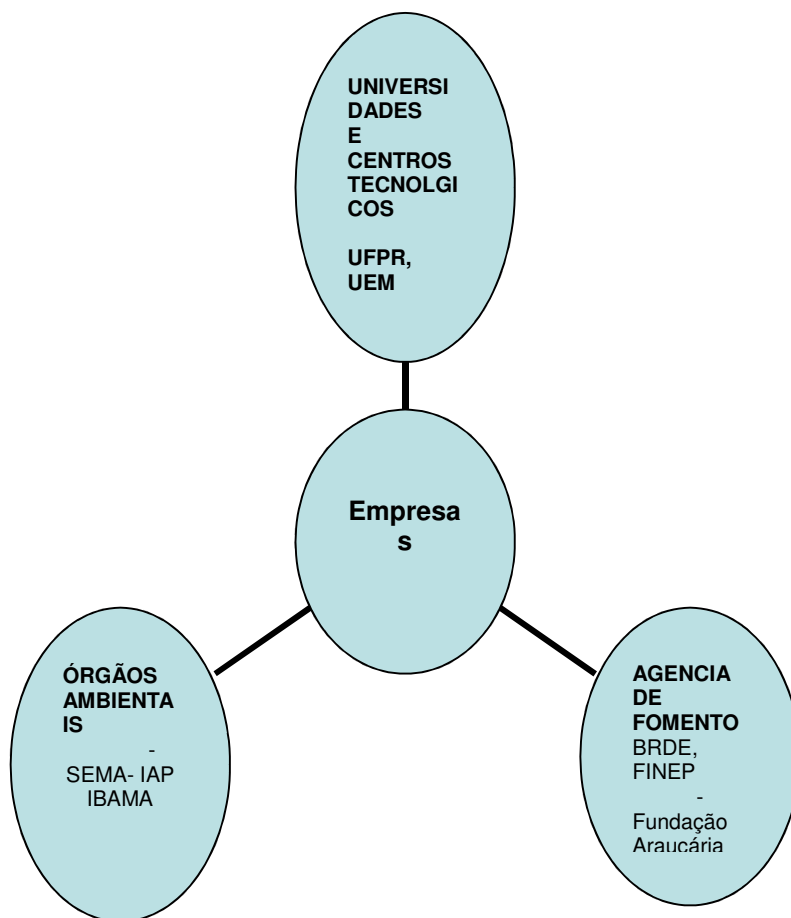
Em outras palavras, o autor deixa claro que a importância da incorporação de sistemas regionais integrados, ou seja, as empresas não devem ser demarcadas de forma isolada, e sim demarcada em cadeia produtiva integrada, que representam unidades de negócios. Um exemplo muito claro são os SRIs (Sistemas Regionais Integradas) ambientais, segundo Prates (2006) o governo Estadual sempre foi o articulador, podendo criar incentivos fiscais, regulando e visando sempre o desenvolvimento.

⁹ A partir de 15 de janeiro de 1999, o mercado cambial brasileiro passou a operar sob regime de livre flutuação da taxa de câmbio.

¹⁰ Oriundo do Tratado de Assunção, assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai no ano de 1991

Ainda de acordo com Prates (2006), o Estado possui muitos mecanismos para facilitar o sistemas regionais integrados na área ambiental, tais como grandes empresas, centros tecnológicos, acordos internacionais e nacionais de corporação tecnológico, e uma legislação moderna, no exemplo prático o Prates (2006) mostra que as empresas são cercadas por diversas entidades como, universidades e centros tecnológicos, órgãos ambientais, agência de fomento.

Figura 3. Sistemas regionais integradas ambientais



Fonte: SETI (2004). Elaboração própria.

Lourenço (2001) concluiu afirmando que é necessária uma estratégia de gestão conjunta entre as unidades integrantes da cadeia produtiva.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. IDHM (PARANÁ E REGIÕES INTERMEDIÁRIAS)

O Paraná possui um IDHM muito elevado, de acordo com os dados do último Censo divulgados pelo IBGE (2010), o Estado do Paraná ocupa o quinto lugar no ranking nacional, ou seja, só fica atrás de Estados como, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e o Distrito Federal.

Tabela 1. IDHM Nacional 2010

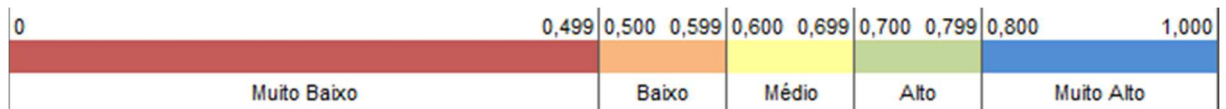
<i>BRASIL E ESTADOS</i>	<i>IDHM 2010</i>	<i>RANKI NG</i>
BRASIL	0,727	-
<i>Distrito Federal</i>	0,824	1
<i>Rio de Janeiro</i>	0,761	4
Paraná	0,749	5
<i>São Paulo</i>	0,783	2
<i>Santa Catarina</i>	0,774	3

Fontes: IBGE, Atlas Brasil, Pnud Brasil, 2020. Elaboração Própria.

Na tabela 1, observa-se que os top 5 Estados do ranking do IDHM apresentados, todos possuem um índice maior do que a média do Brasil, o Paraná por exemplo tem um IDHM de 0,749, 0,022 maior do que a média nacional que está em 0,727. O índice de desenvolvimento humano como já foi explicado na seção 3 deste trabalho é um índice que avalia o desenvolvimento humano, principalmente nos municípios brasileiros levando em conta os fatores renda, educação e longevidade (expectativa de vida).

Considerando os três fatores (renda, educação e longevidade), o IDHM é medido em um intervalo de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, mais desenvolvida é a localidade. A figura abaixo permite entender a escala do IDHM:

Figura 4. Escala do IDHM



Fonte: PNUD

No Paraná, o IDHM de 0,749 (considerado alto) é formado pelas três dimensões já citadas acima. Mais adiante veremos mais detalhes em relação aos principais municípios das regiões intermediárias do Estado do Paraná e também dos fatores que compõem o IDHM (renda, educação, longevidade).

5.1.1 IDHM (Renda, Educação, Longevidade)

O IDHM é obtido pela média geométrica dos três fatores que compõem o índice. O critério renda leva em consideração a qualidade de vida avaliada pela renda *per-capita* da população, isso corresponde à razão entre o somatório dos rendimentos recebidos no mês de referência de todos os indivíduos no local pesquisado e o total de indivíduos desse mesmo local.

O critério educação segundo Atlas Brasil (2018) é constituído pelos seguintes indicadores: Escolaridade da população adulta, e do fluxo escolar da população jovem. Por fim, o critério longevidade é medida pela esperança de vida ao nascer.

Na tabela 2, apresentamos o IDHM (2010) dos municípios que representam as regiões intermediárias do Estado e da região metropolitana de Curitiba.

Tabela 2: IDHM (RENDA, EDUCAÇÃO, LONGEVIDADE) E ÍNDICE GERAL 2010

Municípios	IDHM RENDA	IDHM EDUCAÇÃO	IDHM LONGEVIDADE	IDHM GERAL	RANKING DO GERAL
Cascavel	0,776	0,728	0,846	0,782	3
RM Curitiba	0,803	0,701	0,853	0,783	-
Guarapuava	0,730	0,628	0,853	0,731	6
Londrina	0,789	0,712	0,837	0,778	4
Curitiba	0,850	0,768	0,855	0,823	1
Maringá	0,806	0,768	0,852	0,808	2
Ponta grossa	0,755	0,703	0,837	0,763	5

Fontes: IBGE, Atlas Brasil, Pnud Brasil, 2020. Elaboração Própria.

Na tabela 2, observamos duas coisas importantes, a primeira: nos dados apresentados das três dimensões os dados da longevidade são os mais altos, todos com média acima de 0,83. De acordo com o Atlas Brasil (2010), a metodologia usada para calcular o índice de longevidade é a seguinte: considere-se um intervalo de anos de vida com Máximo: 85 anos e Mínimo: 25 anos, desta forma se um local tem uma esperança de vida ao nascer de 70 anos, o IDHM Longevidade será: $(70 - 25) / (85 - 25) = 45 / 60 \Rightarrow$ IDHM Longevidade = 0,750. O município de Maringá tem um índice de longevidade considerado muito alto de 0,855

Voltando para a tabela 2, a segunda observação importante é que se por um lado os índices de longevidade são os mais altos, por outro, os da educação estão no nível considerado médio pelo PNUD, evidenciando os Municípios de Curitiba e Maringá com os mesmos índices (0,768).

A metodologia utilizada para calcular a dimensão do IDHM (educação) é a seguinte:

Se um determinado local tem:

- 70% de sua população adulta (18 anos ou mais) com ensino fundamental completo
- 84% de crianças de 5 a 6 anos na escola
- 82% de crianças de 11 a 13 nos anos finais do ensino fundamental

- 65% de crianças de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo
- 55% de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

O índice da população adulta desse determinado local é a dado pela taxa da sua população adulta com ensino médio completo dividida por 100 (70/100), ou seja 0,70. A taxa do fluxo escolar da população jovem é dada pela média aritmética de todas as taxas da população jovem (0,84+0,82+0,65+0,65) /4 = 0,74

Assim, realizando a média geométrica dos dois índices, aplicando o peso 1 para o índice da população adulta e peso 2 para o índice do fluxo da população jovem o IDHM educação será.

$$\text{IDHM educação} = (0,70*1+0,74*2) / 3 = 0,726$$

Para chegar ao IDHM renda é aplicado a fórmula:

$$\frac{[\ln(\text{renda per-capita do local de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]}{[\ln(\text{valor máximo de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]}$$

Supondo que o valor máximo de referência seja de R \$4033,00 representando a menor renda *per-capita* dentre os 10% das pessoas mais ricas em um determinado local, e supondo que a menor renda seja de 8,00 reais, valor que corresponde ao limite adotado como cálculo para o IDH global. E por fim supondo que a renda *per-capita* dessa mesma localidade seja de 827,35: Assim

$$\text{IDHM renda} = \ln(827,35 - (8,00)) / \ln(4033,00 - (8,00)) = 0,745.$$

Levando em consideração as principais cidades de cada região intermediária com acréscimo da região metropolitana de Curitiba, o município de Curitiba ocupa o primeiro lugar no índice geral com um índice de 0,823 considerado muito alto pela escala da PNUD. Esses municípios não representam de forma total as regiões intermediárias, são apresentados porque não foram encontrados dados para as regiões intermediárias, e com isso decidimos escolher as maiores cidades de cada região tendo por base a classificação do IBGE que atribui o nome de municípios para representar as regiões.

5.2 ÍNDICE DE GINI DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DE CADA REGIÃO INTERMEDIÁRIA

Nessa parte do trabalho analisaremos o Índice de Gini dos principais municípios de cada região intermediária do Estado do Paraná. Lembrando que o índice de Gini analisa a concentração de renda de um determinado local, ou seja, a diferença entre os mais pobres e os mais ricos. Quanto mais próximo de zero é o índice, menor a concentração de renda no local. Na tabela 3 abaixo é possível observar um fenômeno muito interessante, de 2015 para 2018 houve um aumento em 8 dos 10 Estado no Brasil que tinha o menor índice de Gini registrado pela PNAD. Nessas localidades a concentração de renda aumento

Tabela 3: Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, em todos os trabalhos, a preços médios do ano (2015-2018)

ESTADOS	ÍNDICE DE GINI 2015(PNAD)	ÍNDICE DE GINI 2016(PNAD)	ÍNDICE DE GINI 2017(PNAD)	ÍNDICE DE GINI (PNAD) 2018
ESPÍRITO SANTO	0,470	0,459	0,462	0,477
RIO DE JANEIRO	0,455	0,480	0,457	0,494
GOIÁS	0,436	0,426	0,453	0,443
MATO GROSSO	0,422	0,430	0,429	0,446
MATO GROSSO DO SUL	0,428	0,446	0,441	0,460
PARANÁ	0,430	0,451	0,458	0,464
RONDÔNIA	0,427	0,422	0,416	0,478
RIO GRANDE DO SUL	0,464	0,460	0,466	0,462
ALAGOAS	0,466	0,468	0,450	0,455
SANTA CATARINA	0,339	0,400	0,393	0,398

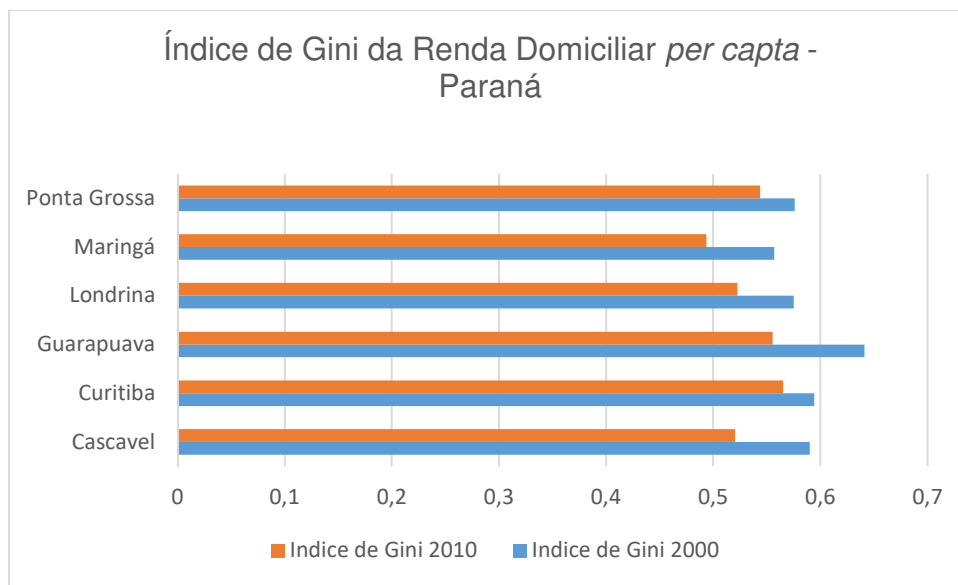
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), Rendimento de Todas as fontes. Período de referência: 2018. Elaboração própria.

Importante destacar no Estado do Paraná objeto de estudo deste trabalho, o Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas seguiu uma tendência de alta, passando de 0,430 em 2015 para 0,464 em 2018. Na tabela 3 acima, dos 10 Estados apresentados somente o Paraná seguiu essa tendência de alta ano após ano. Outra análise interessante observada na tabela 3, é que nos 10 estados com

menor índice de Gini em 2015 o Paraná ocupava a quinta colocação, ou seja, era o quinto Estado menos desigual do País, em 2018 em comparação com esses mesmo Estado, ficou em sétimo lugar.

Desta forma, observamos que a desigualdade ou a concentração de renda no Estado está piorando e a diferença dos mais ricos para os mais pobres está aumentando. No Gráfico 1 a seguir, mostramos os detalhes do índice de Gini dentre dos principais municípios do Estado Paraná, devido a falta do Censo do ano de 2020 não estão disponíveis dados recentes, e a Pnad não permite a desagregação dos dados por municípios, por isso mostraremos os índices de Gini da renda domiciliar *per-capita* dentro dos principais municípios de cada região intermediária do Estado levando em conta os dois últimos Censos (2000- 2010).

Gráfico 1. Índice de Gini da renda domiciliar *per-capita* (Paraná)



Fonte: Datasus, Censo IBGE (2000-2010): Elaboração própria.

Observe-se que houve uma queda significativa nos níveis de Gini do Censo de 2000 para 2010, lembrando que enquanto mais próximo de zero estiver o índice menor é a concentração ou a desigualdade de renda no local. Em Guarapuava, por exemplo, a taxa passou de 0,6413 para 0,5555, contudo, esse índice ainda é considerado alto para os padrões mundiais. Só para exemplificar, a Noruega nesse mesmo período tinha um índice de 0,236.

Se por um lado o índice de Gini permite ter uma noção do nível de desigualdade de renda de uma determinada localidade, por outro, possui as suas limitações. Dentre elas:

A primeira limitação é que, a pesquisa realizada leva em conta a semana de referência como base para o ano todo, também não usa nenhum tipo de comprovante bancário ou algum tipo de recibo que poderia comprovar as informações fornecidas pelo entrevistado, que pode ter sido seletivo nas suas respostas. Além disso, a Pnad não permite a desagregação dos dados por municípios, o que dificulta fazer um bom acompanhamento ano a ano do nível de desigualdade nos municípios brasileiros, em especial no Estado do Paraná.

5.3 ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL (IPDM)

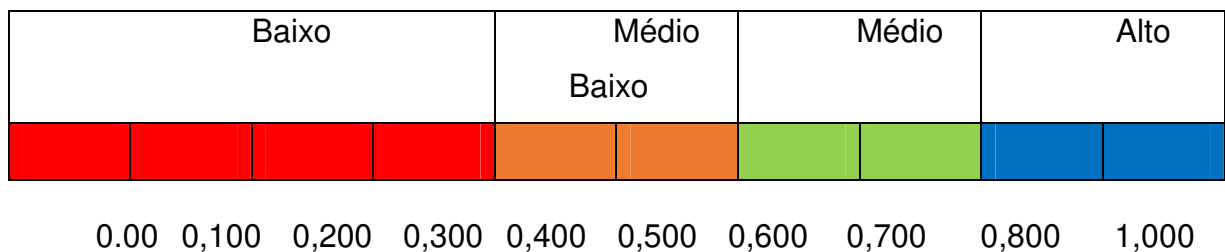
O IPDM mede o desempenho de todos os municípios do Estado do Paraná, levando em conta as dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação, cada um responsável por 33,33% do índice final. Esses indicadores são escolhidos segundo o IPARDES (2018) porque são indicadores sensíveis às ações de agentes públicos e que dependem dos governos (Federal, Estadual e Municipal) e da iniciativa privada.

De acordo com IPARDES (2018), na dimensão Renda, emprego e produção agrícola, a metodologia utilizada para chegar ao índice leva em consideração na renda: a remuneração média (remuneração média absoluta e a taxa de crescimento da remuneração), no emprego formal (índice de formalização que é a relação entre os números de empregos formais e a população em idade ativa, E a taxa de crescimento do emprego formal) na produção agrícola (a participação e a sua taxa de crescimento)

Segundo o IPARDES (2018), a dimensão Educação leva em consideração a educação infantil, tal indicador analisa o número de matrículas realizadas em creches e em pré-escolas de crianças de 0 a 5 anos. Também tem a participação do ensino fundamental dividida em 4 subindicadores (taxa de não distorção idade -série; Percentual de docentes com curso superior; Taxa de não abandono; Média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)).

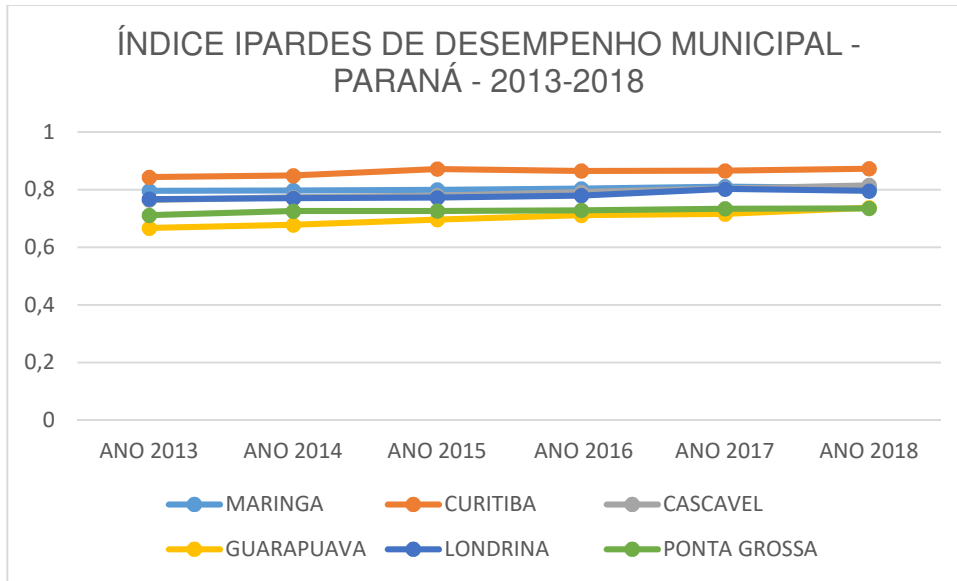
Ainda de acordo com o IPARDES (2018), na dimensão Saúde: usa-se o percentual de consulta pré-natal realizada por nascidos vivos, tal procedimento garante a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de doenças preexistentes. Também leva em consideração o percentual de óbitos por causas não definidas, esse indicador permite saber se o município tem sob controle as causas de mortes da sua população. E por fim o percentual de óbitos de menores de 5 anos por causas evitáveis, este indicador procura estabelecer a relação entre a quantidade de óbitos de menores de 5 anos por causas evitáveis em um determinado período a cada 100 criança nascidos vivos no mesmo período. Para facilitar a interpretação do indicador, os estratos são divididos em grupos de acordo com o desempenho.

Figura 5. Escala IPDM



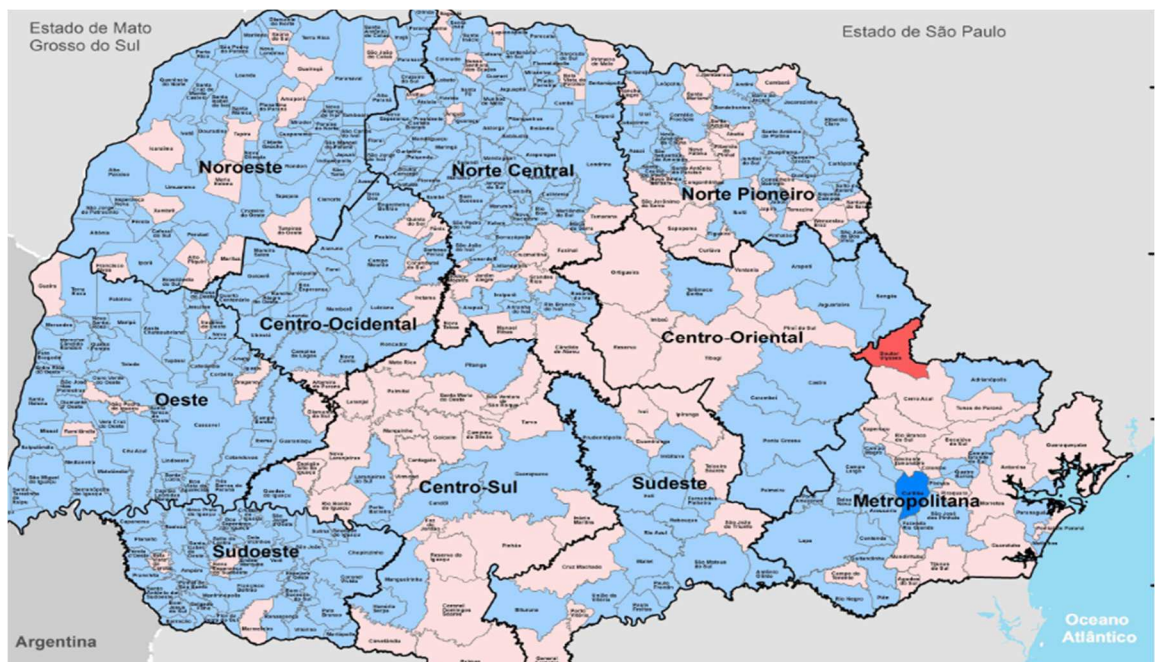
Fonte: IPARDES, Elaboração própria.

No gráfico 2 a seguir, observamos que há uma tendência de crescimento de desempenho que via sendo percebido desde 2010 ano da primeira mudança na metodologia adotada pelo IPARDES até então usava a metodologia de 2002, observe-se que todos os municípios apresentados têm um desempenho acima de 0,60 no índice geral considerado médio pelo IPARDES. Destacamos o município de Guarapuava (Centro sul do Estado) que em 2013 tinha um desempenho IPDM de 0,667 e passou para 0,7374 em 2018

Gráfico 2. Índice IparDES de Desempenho Municipal

Fonte: IPARDES, Elaboração própria.

Fizemos esse recorte a partir de 2013 porque foi o último ano que foi registrado um desempenho baixo no índice geral no Estado do Paraná, mais precisamente no município de Doutor Ulysses quando registrou o desempenho de 0,3930. Como mostra a figura 6 a seguir.

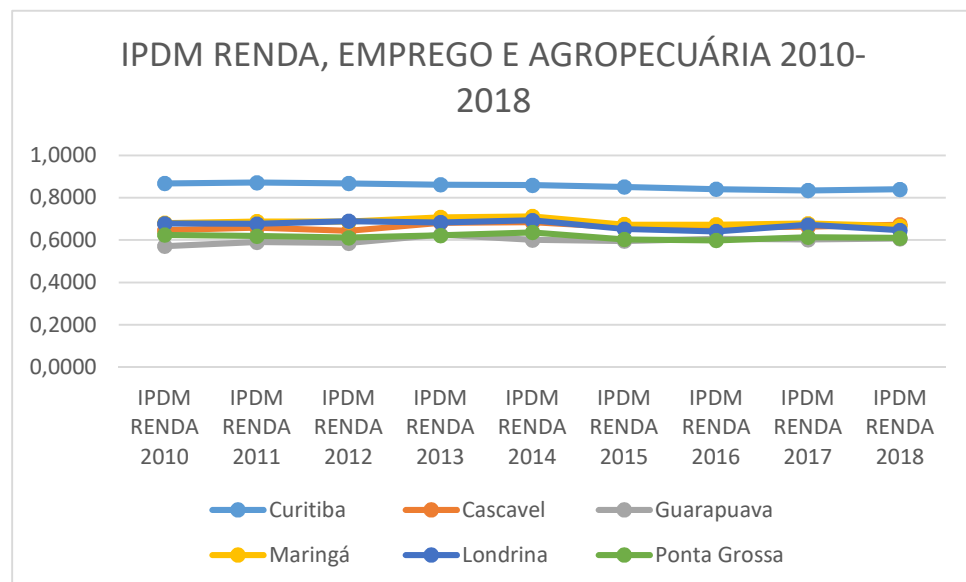
Figura 6: Índice IPDM Geral no Paraná em 2013.

Fonte: IPARDES (2013)

É possível perceber também no mapa da figura 6, no IPDM (2013) a região centro sul e a região centro oriental são as duas regiões do Estado com as cores mais avermelhadas indicando um desempenho médio baixo.

No IPDM renda, observamos no gráfico 3 uma grande diferença entre o município de Curitiba com os outros apresentados, o Curitiba é o único que apresenta um desempenho alto e quase constante (0,8 -1) registrando uma pequena queda ao longo desse período, saindo de 0,8675 para 0,8344.

Gráfico 3: IPDM Renda, Emprego e Agropecuária



Fonte: IPARDES, Elaboração própria

As três dimensões (renda, emprego, produção agrícola: a Educação e a Saúde) que compõe o IPDM nos ajude a entender a situação social e econômico do Estado, as cidades escolhidas não representam de maneira nenhuma as regiões intermediárias, apenas nos permitem na análise por elas serem referências nas suas regiões. Nas tabelas a seguir estão os dados completos do IPDM Educação e Saúde.

Tabela 4: Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal (Educação) de (2011-2018)

MUNICÍPIO	IPDM EDU 2011	IPDM EDU 2012	IPDM EDU 2013	IPDM EDU 2014	IPDM EDU 2015	IPDM EDU 2016	IPDM EDU 2017	IPDM EDU 2018
CURITIBA	0,7733	0,7680	0,7831	0,7985	0,8347	0,8525	0,8606	0,8705
CASCADEL	0,7844	0,7824	0,8009	0,8216	0,8547	0,8638	0,8848	0,8973
GUARAPUAVA	0,6140	0,6231	0,6516	0,6680	0,7048	0,7292	0,7461	0,7798
MARINGÁ	0,8214	0,8339	0,8353	0,8338	0,8608	0,8709	0,8802	0,8817
LONDRINA	0,7416	0,7312	0,7702	0,7736	0,7986	0,8246	0,8672	0,8759
PONTA GROSSA	0,7544	0,7434	0,7196	0,7250	0,7686	0,7985	0,8153	0,8254

Fonte: IPARDES, Elaboração própria.

Na tabela 4, o IPDM Educação como foi explicado tem o peso de 33,33% no índice final, portanto tem uma participação igualitária. No município de Guarapuava o desempenho do índice (Educação) aumentou de forma significativa, e foi a cidade dentre as apresentadas que mais cresceu no período de 2011 a 2018, o crescimento foi um pouco mais de 0,16% se mantendo com o nível médio.

Tabela 5: Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal (Saúde) de 2011-2018)

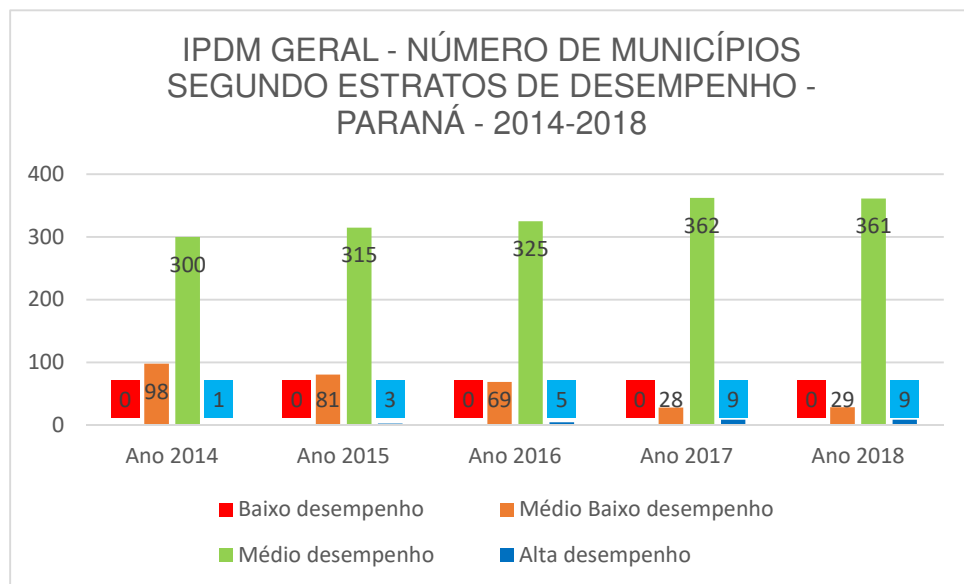
CIDADE OU MUNICÍPIO	IPDM SAÚDE 2011	IPDM SAÚDE 2012	IPDM SAÚDE 2013	IPDM SAÚDE 2014	IPDM SAÚDE 2015	IPDM SAÚDE 2016	IPDM SAÚDE 2017	IPDM SAÚDE 2018
CURITIBA	0,8759	0,8765	0,8855	0,8899	0,8991	0,9029	0,9018	0,9080
CASCADEL	0,7848	0,8108	0,8106	0,8145	0,8243	0,8505	0,8635	0,8755
GUARAPUAVA	0,6690	0,6900	0,7247	0,7653	0,7891	0,7981	0,7992	0,8258
MARINGÁ	0,8274	0,8300	0,8454	0,8459	0,8635	0,8672	0,8741	0,8712
LONDRINA	0,8396	0,8359	0,8493	0,8440	0,8654	0,8725	0,8679	0,8647
PONTA GROSSA	0,5908	0,6976	0,7926	0,7850	0,8061	0,7885	0,7737	0,7708

Fonte: IPARDES, Elaboração própria.

Já na dimensão Saúde, destacamos o município de Ponta Grossa, que em 2011 tinha um desempenho médio baixo, mais precisamente de 0,5908 e foi para um desempenho médio de 0,7708. Ao analisar de forma geral os dados foi observado

que a dimensão renda agrega os menores resultados das três dimensões e consequentemente puxa o índice geral para baixo. A seguir faremos uma análise mais criteriosa do período de 2014 a 2018 de todo Estado comparando a quantidade de municípios segundo os extratos de desempenho.

Gráfico 4: IPDM Geral – Números de Municípios Segundo Estratos de Desempenho no Paraná (2014-2018)



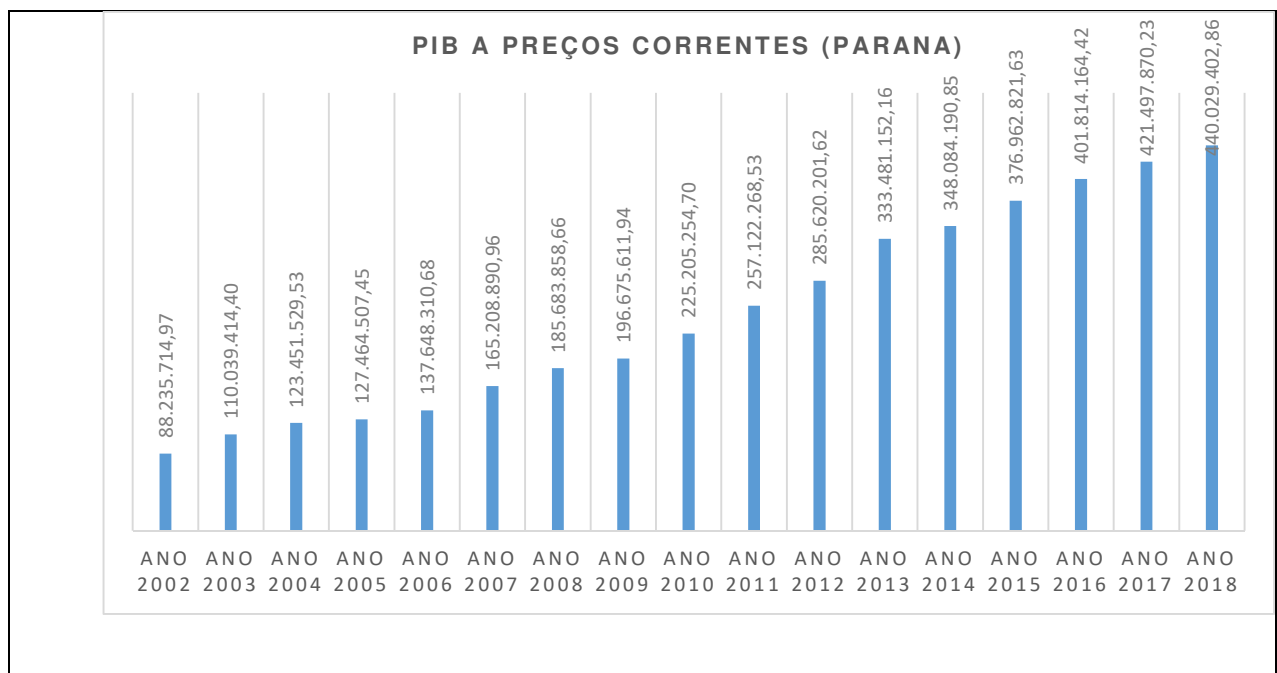
No gráfico 4, do total de 399 municípios do Estado do Paraná, vimos a inexistência de municípios com baixo desempenho no período de 2014 a 2018, é possível também perceber o crescimento constante do desempenho baixo para médio, e um crescimento lento do desempenho médio para alto. O estrato de desempenho médio compõe um pouco mais de 90% do total de municípios.

5.4 PIB *PER-CAPITA*

Nesta seção serão analisadas o PIB *per-capita* do Paraná, a curva de crescimento, e os percentuais de crescimento de cada uma das suas seis regiões, ao longo do período de 2002 a 2018.

No gráfico 5 a seguir serão apresentados os valores do PIB a preços correntes (considerando os impostos e subsídios), vimos um constante crescimento no período de 2002 a 2018 desse indicador. No Estado do Paraná, esses valores incorporam a soma de todos os bens e serviços produzidos nesse período no Estado. Segundo os dados do IBGE (2018), por exemplo, o total de bens e serviços produzidos na atividade econômica do Estado chega ao valor de um pouco mais de 440 bilhões de reais.

**Gráfico 5: PIB a preços correntes
Paraná (2002-2018)**



Fonte: IPARDES, IBGE, Elaboração própria.

A atividade econômica é composta por três setores: Agropecuária, Indústria e Serviços. Tal atividade apresentou os seguintes valores no ano de 2018.

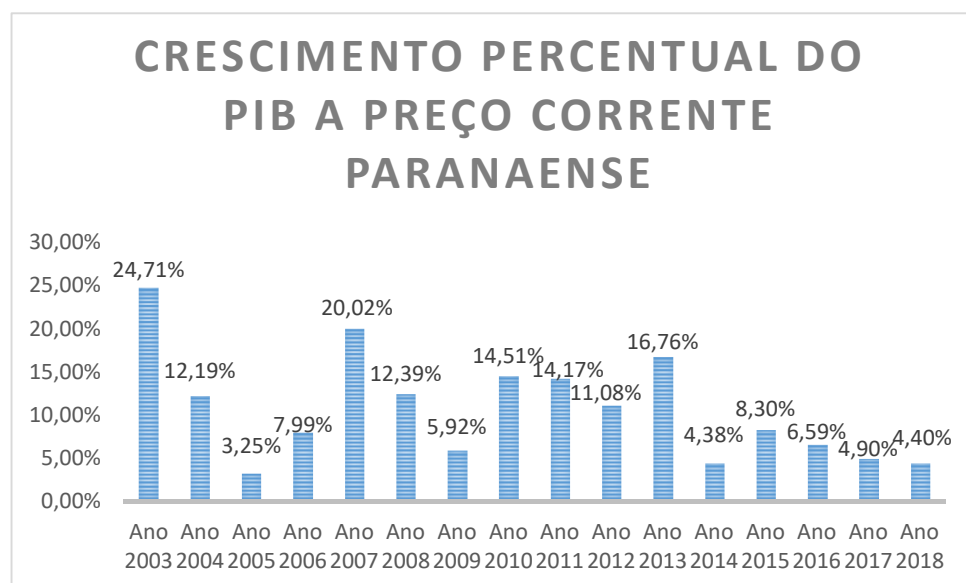
Tabela 6: Atividade econômica do Paraná. (2018)

Atividade Econômica	Unidade: Milhão
Agropecuária	36.365
Indústria	93.691
Serviços	252.52
(Impostos-subsídios)	57.461

Fonte: IBGE, Elaboração própria.

Na tabela 6, estão evidenciados os valores absolutos de cada setor que constitui a atividade econômica, o setor de bens e serviços é o que mais contribui para o PIB representando mais do dobro da indústria e cerca de sete vezes a agropecuária. No gráfico 6 abaixo, apresentamos os percentuais de crescimento anual, o crescimento percentual corresponde ao crescimento de um ano em relação ao ano anterior. Observe-se que o maior crescimento aconteceu no ano de 2003 quando registrou um percentual de crescimento de 24,71% em relação ao ano de 2002, e o menor crescimento foi em 2005 com apenas 3,5% de crescimento.

Gráfico 6: Crescimento percentual do PIB a preço corrente Paraná (2002-2018)



Fonte: IPARDES, IBGE, Elaboração própria

O PIB pode ser apresentado por duas modalidades, o Nominal e o Real, a diferença das duas modalidades é a aplicação do aumento generalizado dos preços (inflação). O nominal considera somente os preços do produto ou serviços quando foram produzidos, ou seja, o PIB nominal é medido a preços correntes sem descontar a inflação, por esse motivo os crescimento apresentados acima não representa necessariamente um aumento real do PIB, veja na tabela abaixo um exemplo do aumento real do PIB Paranaense.

Tabela 7: Produto Interno Bruto a Preços Correntes e Variação Real (2014-2018)

Ano	Unidade Milhão	Crescimento o preço corrente	Crescimento real
2014	348.084	4,38%	-1,5%
2015	376.963	8,30%	-3,4%
2016	401.814	6,59%	-2,6%
2017	421.498	4,90%	2%
2018	440.029	4,40%	1,2%

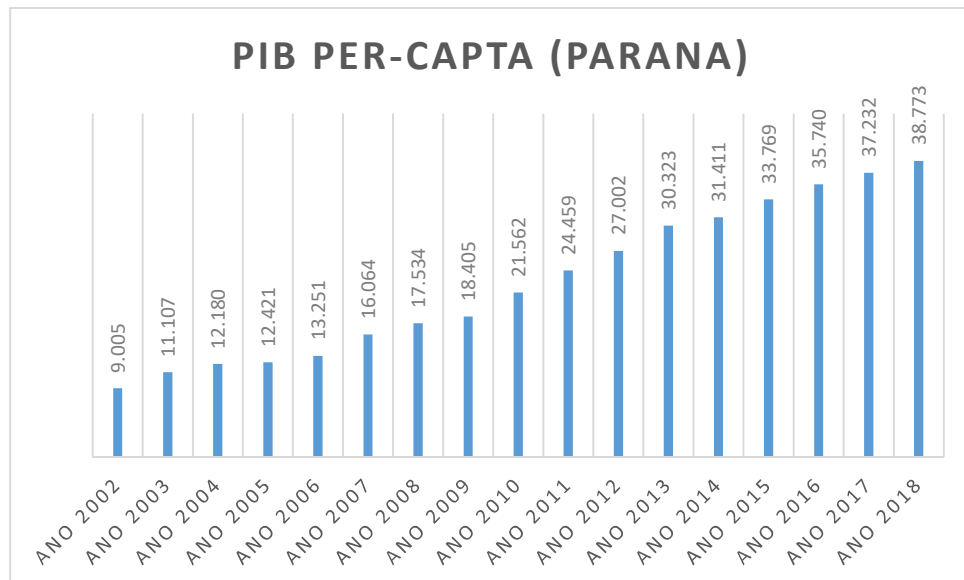
Fonte: IBGE, IPARDES, Elaboração

Observe-se que ao eliminar o efeito da inflação, o crescimento real é bem diferente do crescimento a preço corrente, no ano de 2016 por exemplo o crescimento a preço corrente foi de 6,59% enquanto o crescimento real do PIB paranaense foi negativo, ou seja, houve uma queda no PIB de 2,6%.

Já no que diz respeito ao PIB *per capita*, o cálculo é feito por meio da razão entre o PIB ao preço corrente e do total da população, o resultado representa o valor médio agregado por indivíduo nos bens e serviços em um determinado período. Esse indicador é utilizado na determinação de renda alta, média, ou baixa nos países, Estado ou qualquer localidade. O PIB *per-capita* alto não reflete necessariamente um

nível de igualdade alto. No gráfico a seguir veremos os resultados do ritmo de crescimento do PIB *per-capita* no período de 2002 a 2018 no Estado do Paraná.

Gráfico 7. PIB *Per-Capita* Paraná (2002-2018)



Fonte: IPARDES, IBGE, Elaboração própria.

Novamente, é possível observar um aumento significativo do PIB *per-capita* ao longo do período de 2002 a 2018, o maior salto aconteceu em 2003 em relação ao ano de 2002. Observamos também que o PIB a preços corrente cresce em um percentual muito maior do que o PIB *per-capita* porque este último depende do ritmo de crescimento da população. Segundo o IBGE, em 2018, o Paraná teve uma população estimada em 11.348.937 de pessoas

5.4.1 PIB *per-capita* das regiões intermediárias do Paraná

Foi possível encontrar dados do PIB *per-capita* para as regiões intermediárias, diferentemente do que aconteceu na disponibilidade de dados para os indicadores como IPDM, IDHM, E Índice de Gini. Para entender o PIB *per-capita* é importante saber quais são os valores do PIB a preços corrente e a População estimada nas regiões intermediárias do Paraná. Escolhemos o período de 2013 a 2018 para ilustrar o nosso exemplo.

Tabela 8: PIB a preço corrente (destacado em azul) medido em Milhão

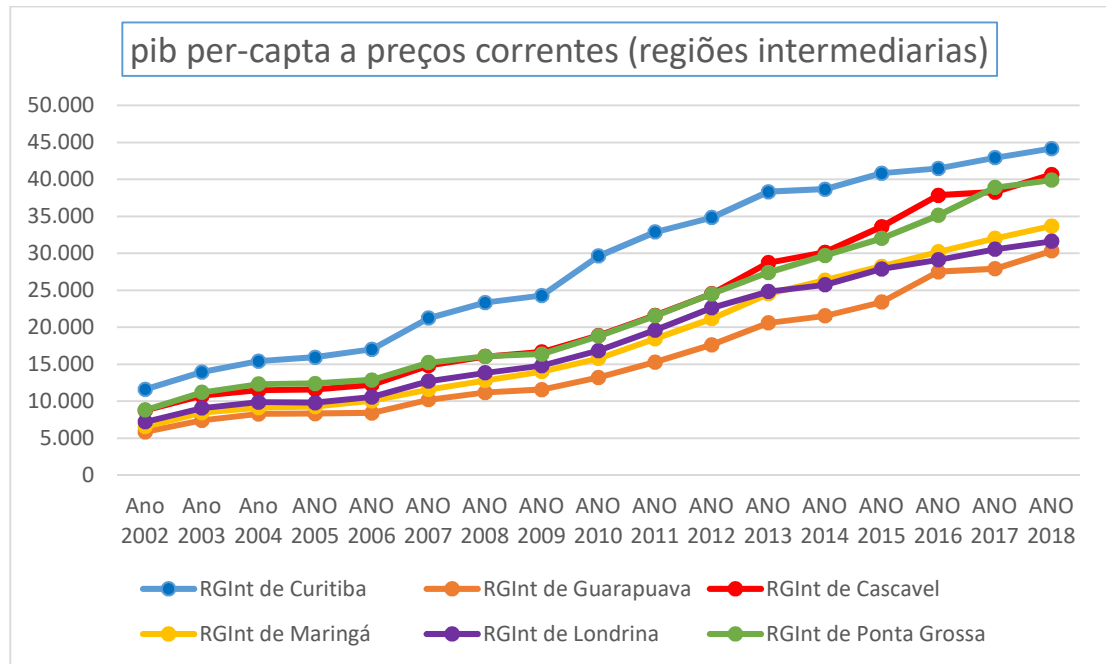
População estimada destacada entre parêntese

REGIÃO INTERMEDIÁRIA DO PARANÁ	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
RGINT DE CURITIBA	161.912 (3.964.362)	166.071 (4.002.982)	173.537 (4.040.947)	180.498 (4.085.558)
RGINT DE GUARAPUAVA	10.082 (430.499)	11.868 (431.392)	12.070 (432.264))	12.931 (426.014)
RGINT DE CASCAVEL	67.977 (2.021.967)	76.953 (2.032.861)	78.246 (2.043.458)	82.802 (2.036.639)
RGINT DE MARINGÁ	52.148 (1.845.881)	56.115 (1.857.433)	59.848 (1.868.764)	62.955 (1.867.943)
RGINT DE LONDRINA	54.272 (1.945.835)	56.991 (1.956.284)	60.092 (1.966.540)	62.015 (1.959.862)
RGINT DE PONTA GROSSA	30.569 (954.474)	33.812 (961.768)	37.702 (968.972)	38.825 (972.921)

Fonte: IPARDES, IBGE, Elaboração Própria.

Na tabela 8 acima, vimos que no período de 2015 a 2018 houve um aumento no PIB a preço corrente em todas as regiões intermediárias, o maior aumento aconteceu na região intermediária de Curitiba que saltou do valor de R\$161.912 bilhões em 2015 para R\$180.498 bilhões em 2018, um crescimento de 11,48%. Importante destacar que a região que contém a menor população estimada e o menor PIB a preço corrente em todos os anos apresentados é a região intermediária de Guarapuava. Só para termos uma ideia, no ano de 2018 o PIB a preço corrente na região intermediária de Curitiba foi quase 14 vezes maior do que a de Guarapuava, tendo apenas cerca de 10% a mais de população.

Gráfico 8: PIB *Per-capita* a preço corrente (regiões intermediárias)



Fonte: IPARDES, IBGE, Elaboração Própria

Observando os dados do PIB *per-capita* nas regiões intermediárias do Estado do Paraná chama muita atenção o caso de Guarapuava. No ano de 2018 a região teve um crescimento de 8,70% no seu PIB *per-capita* em relação ao ano de 2017, quando passou de R\$27.925 para R\$30.355, contudo, nesse mesmo período sofreu uma queda de quase 1,5% na sua população, ou seja, cerca de 6000 habitantes a menos. Se a população de 2018 fosse a mesma de 2017, o crescimento do seu PIB per capita seria apenas de 1,47% em vez de 8,70%. Esse caso ilustra perfeitamente que um percentual de aumento no PIB a preço corrente não significa necessariamente o mesmo percentual no PIB *per-capita* e muito menos um enriquecimento da população. Observamos também que o ritmo de crescimento no período de 2014 a 2018 vem diminuindo comparando com o período de 2010 a 2013 em todas as regiões intermediárias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram apresentados os resultados por meios de gráficos e tabelas com objetivo de fazer uma análise comparativa buscando entender os indicadores de desenvolvimento econômico do Estado do Paraná e em segundo plano, verificar quais setores e quais indicadores que merecem mais atenção e podendo ser melhorado por meio de políticas públicas.

Diante dos resultados apresentados foi possível concluir que o Estado Paraná e as suas regiões geográficas intermediárias possuíam um nível de IDHM considerado alto, contudo, é preciso avançar na dimensão educação pois apresentou índices menores comparado a dimensão saúde. É importante ressaltar que os dados do desenvolvimento municipal não são recentes e isso limitou a análise.

Se por um lado há um alto nível de IDHM observado no estado do Paraná, por outro, o índice de Gini para o período de 2015 a 2018 vem seguindo uma tendência de alta não com ritmo acelerado, tal fenômeno possibilita a conclusão de que os avanços no desenvolvimento são positivos, contudo, não são suficientes para diminuir a concentração de renda no Estado.

Medidas como taxaço de grandes fortunas, diminuir imposto sobre consumo e focar mais na renda, aumentar a alíquota do Imposto sobre transmissão causa mortis e doações (ITCMD) entre outros são medidas necessárias para reduzir a concentração de renda no Estado e quem sabe no País como todo.

Não foi possível estabelecer uma relação de causa e efeito, ou seja, um aumento no PIB per-capita geraria um aumento de desigualdade, este trabalho apenas propôs-se uma análise comparativa e limitou-se a fazer essa correlação.

Neste trabalho mostramos que o desempenho do IPDM em áreas como educação, saúde são significativamente positivos, contudo, a dimensão renda é considerada o maior desafio para o governo do estado e que requer maior atenção. Políticas públicas para fomentar o emprego formal, principalmente na relação entre o emprego formal com a população em idade ativa serão necessárias para melhorar esse indicador.

Diante dos dados obtidos está claro que o ritmo de crescimento do desempenho da dimensão renda, emprego e agropecuária é um tabu em todo estado, o município de Curitiba tem uma taxa de crescimento constante e mantendo

um nível alto, porém, nos últimos 5 anos do período estudado neste trabalho (2013-2018), o Paraná manteve um terço dos seus municípios com baixo nível na dimensão renda, emprego formal e agropecuária.

O PIB a preço corrente e o PIB *per-capita* do Estado do Paraná se mostrou consistente durante o período estudado, porém, isso não garante a melhora no desenvolvimento social e econômico dos indivíduos, principalmente na desigualdade de renda. Programa de distribuição de renda, como uma renda básica mais robusta e digna, programa de casa popular e de infraestrutura em geral, e programa de distribuição de alimentação, podem ser uma saída para que o PIB per capita e a riqueza produzida no Estado não fiquem restritos nas mãos de poucos.

Essa pesquisa poderá sofrer futuramente atualizações, pois ainda no final desse ano (2022) ou no início do ano que vem será divulgado o Censo do IBGE que com certeza trará novidades.

REFERÊNCIAS

- ATLAS BRASIL. Índice de desenvolvimento humano municipal – **IDHM metodologia**, 2010. Disponível em <file:///C:/Users/user/Downloads/Metodologia%20ADH%20.pdf>. Acesso em 15 Nov. 2022
- ATLAS BRASIL. Índice de desenvolvimento humano municipal – Consulta em Planilha, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em 23 Nov. 2022
- BACHA, E, L. Integrar para crescer: o Brasil na economia mundial. (Texto para discussão **IEPE/CDG**, n. 27, Rio de Janeiro, 2013). Disponível em: <http://iepecdq.com.br/uploads/texto/130912BACHAFNAC.pdf>. Acesso em: 15 Fev. 2022
- BANCO CENTRAL. **Política Cambial**, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Frex%2FMerCambio%2FPort%2Fcambio991%2F1999-1Pol%C3%ADticaCambial.asp>. Acesso em 09 Nov. 2022
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p. 779-810, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642257>. Acesso em: 19 Jan. 2022
- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p. 729- 747, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/F8mXfg5mkdfyjw5Y5bLXqXg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21. Jan. 2022
- BRESSER-PEREIRA, L, C. Crescimento e desenvolvimento econômico. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo, da **Fundação Getúlio Vargas**). Versão de junho/2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5325292/mod_resource/content/1/CrescimentoDesenvolvimento.Bresser%20Pereira.pdf. Acesso em: 22 Jan. 2022
- BRESSER-PEREIRA, L, C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América latina. São Paulo: **FGV-EESP**, 2010 (Texto para Discussão n. 274, FGV-EESP, novembro 2010). 1-38. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7726/TD%20274%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 Jan. 2022
- BRESSER-PEREIRA, L, C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. **FGV-EESP**, São Paulo: 2006 (Texto para Discussão n. 157, FGV-EESP, dezembro 2006). Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973>. Acesso em: 19 Jan 2022.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense (1900-1970)**. Curitiba: Grafipar, 1981

CARNEIRO, R. O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos. Observatório da Economia Global, Campinas, **Cecon/IE/Unicamp**, n. 4, ago. 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16904>. Acesso em: 16 Fev. 2022

CHANG, H, J. **Chutando a Escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COORDENADORIA DE ESTUDOS DE ECONOMIA CAFEEIRA 1977 - Anuário Estatístico do Café (1727/1977 - 250 anos, nº11, dez. 1977 - Rio de Janeiro).

CORRÊA, C.P. As teorias do desenvolvimento de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso frente ao ideário Cepalino. **LUME-UFRGS**, Porto Alegre, 2013 Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/78194>. Acesso em: 28 Fev. 2022.

FAJNZYLBER, F. **Industrialización trunca de América Latina**. Cidade do México. Nueva Imagen, 1983.

FIGUEIREDO et al. **Crescimento Econômico**. Lisboa: Escolar, 2005.

FILELLINI, Alfredo. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. São Paulo: EDUC, 1994

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medida de desigualdade e pobreza**. Editora da Universidade de São Paulo. 1998

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rendimento domiciliar per-capita: Rio de Janeiro**: IBGE, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33026-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-para-2021>. Acesso em 25 Sep. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice de Gini da renda domiciliar *per-capta*. **CENSO**, 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginipr.def>. Acesso em 15 Nov. 2022

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, em todos os trabalhos, a preços médios do ano. **PNAD CONTINUA, 2018**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=downloads>. Acesso em 16 NOV. 2022

IPARDES. ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL. **Nota metodológica**, Curitiba 2018. Disponível em https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Metodologia%20IPDM%202016.pdf. Acesso em 20 Nov. 2022

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA DE ECONOMICA APLICADA. **Desafios do desenvolvimento**, Ano 5. Edição 39 - 25/01/2008. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2144:catid=28. Acesso em 15 Nov. 2022

KÖCHE, J, C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LOURENÇO, G, M. O Paraná e o redesenho das economias regionais. **Rev. FAE**, Curitiba, v.4, n.2, p.1-12, maio/ago. 2001. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/492>. Acesso em 07 Nov. 2022

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIGLIORINI, S, M DOS santos. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista Eletrônica Geografar**, Curitiba, v.1, n.1, p. 62-80, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/6843>. Acesso em 29 Out. 2022.

MILWARD, W, E. Implantação da Indústria Automobilística e Novos Contornos da Região de Curitiba. Curitiba: 1999. Dissertação de Mestrado

MOREIRA, A, G; AREND, M. Que estratégia de desenvolvimento seguir? O Debate Desenvolvimentista Brasileiro no Século XXI. **Análise Econômica**, Porto Alegre, mar. 2016, v. 34, n. 65, p. 205-239, mar. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/47299>. Acesso em: 18 Jan. 2022.

OLIVEIRA, G, B, de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Curitiba: **Revista da FAE**, v.5, n.2, p.37-48, mai/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477.pdf>. Acesso em: 09 Jan. 2022.

OLIVEIRA, DENNISON DE. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PADIS, P. C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PESSÔA, S, de A. et al. **Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2009

PRATES, T, M. sistemas regionais de inovação em tecnologias ambientais: um estudo de caso sobre o paraná. 2006. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Econômicas – UFPR, Curitiba, 2006.

PRIORI, A. et al. 7 a cafeicultura no Paraná. Maringá: **EDUEM**, 2012. pp. 91-104. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-08.pdf>. Acesso em 01 Nov. 2022

ROLIM, C, F, C. O Paraná Urbano e o Paraná do agrobusiness, as dificuldade para a formação de um projeto político. Curitiba, **Revista Paraná de desenvolvimento**. 86, p 49-99, sep./dez de 1995. Disponível em <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/353>. Acesso em 01 Nov. 2022

ROSTOW, W, W. Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar Editora. 1* edição, 1961.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**. Rio de Janeiro: Record, 2007

SCHUMPETER, J, A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

SWAIN, T, N. Fronteiras do Paraná: da colonização a Migração. Curitiba: **Ipardes**, 1992, p.19-37. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774.pdf. Acesso em 07 Nov. 2022

TRINTIN, J, G. História e desenvolvimento da economia paranaense: da década de trinta a meados dos anos noventa do século XX. p. 02-17. **Fundação de Economia e Estatística**: Indicadores Econômicos FEE. v. 21, p. 02-17 Porto Alegre: 1993. Disponível em <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E6-04.pdf>. Acesso em 04 Nov. 2022

SOUZA, N, de J, de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.